

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PARLAMENTO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

SUMÁRIO

1. ATA DA 45 - SESSÃO ORDINÁRIA, EM 23 DE JUNHO DE 1992.

1.1 ABERTURA

1.2. PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 COMUNICADOS DA MESA

— Mensagem nº 103/92, do Sr. Governador do Distrito Federal, que encaminha sanção ao Projeto de Lei nº 048/91, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Brasília e dá outras providências".

— Mensagem nº 104/92, do Sr. Governador do Distrito Federal, que comunica o encaminhamento do Projeto de Lei nº 432/92, que "Altera a denominação e a categoria do cargo em comissão que especifica, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências".

— Mensagem nº 105/92, do Sr. Governador do Distrito Federal que encaminha o Projeto de Lei, que "Dissefeta área pública situada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 06, Área Especial "A", RA-1, e dá outras providências".

— Projeto de Lei, de autoria do deputado Padre Jonas, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalações de banheiros públicos nos Supermercados e na Rede Bancária do Distrito Federal e dá outras providências".

- Ofício nº 190/92, do Presidente da Ferracap, que encaminha cópia do Processo 112.010.012/91-5, que tem por objeto a alienação de imóveis funcionais, para cumprimento e adoção de outras providências cabíveis."

- Indicação de autoria do Padre Jonas, que "sugere o asfaltamento da QNL 19, na cidade satélite de Taguatinga Norte, no DF."

- Indicação de autoria do deputado Jorge Cauhy, que "sugere à administração do Núcleo Bandeirante, a construção de quartéis para abrigo de policiais militares em missões de patrulhamento naquela satélite."

1.2.2. COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO WASNY DE ROURE, em nome do PT.

- Comentários sobre o processo eleitoral em curso na cidade de Luziânia/GO e Relatório da Viagem à cidade de Luziânia (GO) em 15/05/92.

DEPUTADO JORGE CAUHY, em nome do PL.

- Encaminha Projeto de Lei, de sua autoria, que "Autoriza o Poder Executivo a reservar áreas para instalação de circo em todas as regiões administrativas do Distrito Federal."

1.2.3. COMUNICADOS DE PARLAMENTARES



DEPUTADO PADRE JONAS

- Pronunciamento intitulado "Olhar Longínquo", que extrata os três poderes do Distrito Federal, salientando o papel do Poder Legislativo.

DEPUTADO JOSÉ ORNELAS

- Apresenta indicações que "sugere" seu Poder Executivo a realização de estudos sobre os mecanismos de financiamento do setor público do Distrito Federal".

DEPUTADO GERALDO MAGELA

- Críticas sobre o tratamento dispensado pelo GDF ao Projeto de Lei de sua autoria, que "Institui o incentivo fiscal à cultura e o Fundo de 'a cultura'".

DEPUTADO DENIEL PACHECO

- Comentário a respeito de notícias que são veiculadas na imprensa mesmo antes do Parlamento tomar sua decisão, como, por exemplo, da decisão em que partido o deputado ingressaria ou uma articulação para que "tivesse" uma Administração Regional.

- Preocupação com fim laços Ovo Acórdão distribuído em tem nesta Casa, que citava o art 21 do Regimento Interno, a fim de garantir a participação do Partido dos Trabalhadores na Comissão de Si. ratização.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO

- Referências ao fato jurídico da decisão do Superior

Tribunal de Justiça, cujo Acórdão está à disposição do Partido dos Trabalhadores, e estabelece que o princípio da Proporcionalidade não foi devidamente cumprido nesta questão da Comissão de Sistematização."

1.3. ORDEM DO PIA

1º ITEM - Discussão e votação da redação final do Projeto de Lei nº 420, de 1991, que "Autoriza o Poder Executivo a criar, instalar o Parque Ecológico Verdinha, em Brasília e dá outras providências." Autoria do Deputado Edimar Pinheiro. APROVADO.

2º ITEM - Discussão em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 132, de 1991, que "Determina atendimento domiciliar aos portadores de deficiência impossibilitados de comparecerem aos hospitais e postos de atendimento." Autoria do deputado Sérgio Tanari. DISCUTIDO. Parecer favoráveis da CBJ, CEF e CAS.

3º ITEM - Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 183, de 1991, de autoria do deputado Agnelo Queiroz, que "Dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação em Direitos Humanos nos cursos de Formação das Polícias Civil e Militar do DF." DISCUTIDO. Parecer favoráveis da CBJ, CEF e CAS.

4º ITEM - Discussão em 1º turno 3º dia, do Projeto de Lei nº 212, de 1991, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Estabelece normas para a realização de exames de saúde pré-admissionais no âmbito do Governo do Distrito Federal." DISCUTIDO.

1.4. GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO GERALDO MAGELA

- Abordagem sobre a decisão judicial quanto a necesi-

dade de se reforzar a eleição para 3 cargos da Comissão de Sistematização.

DEPUTADO PENIEL PACHECO

- Esclarecimentos sobre a matéria publicada jornal, que comenta sua filiação partidária.
- Referências sobre acordos sobre a Comissão de Sistematização.

1.5. COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje às 11 horas.

ORDEM DO DIA PARA A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DE 23/06/92 ÀS 17:00 HORAS

1º ITEM Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 412, de 1992, de autoria do Executivo Local que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993, e dá outras providências."

2º ITEM Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 108, de 1992, que "dispõe sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 362/92." Autoria do Deputado Geraldo Magela.

3º ITEM Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 107, de 1992, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera dispositivos das Resoluções nº 34, 35 e 37, e dá outras providências".

1.6. ENCERRAMENTO

ATA .

45ª SESSÃO ORDINÁRIA, 23 DE JUNHO DE 1992.

- 23 SESSO LEGISLATIVA DA 1ª LEGISLATURA -

PRESIDÊNCIA: Deputados Salviano Guimarães e Pedro Celso.

SECRETÁRIO(S): Deputados Pedro Celso e Padre Jonas.

LOCALS Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

ABERTURA s 09 horas e 55 minutos.

ENCERRAMENTO s 11 horas e 45 minutos,

REGISTRO DE PRESENCAS NA SESSO

| | |
|-----------------------------|-------------|
| Deputado Aroldo Satake | (PTR) |
| Deputado Benício Tavares | (PTR) |
| Deputado Carlos Alberto | (PPS) |
| Deputado Cláudio Monteiro | (PDT) |
| Deputado Edimar Pireneus | (PTR) |
| Deputado Eurípedes Camargo | (PT) |
| Deputado Geraldo Magela | (PT) |
| Deputado Gilson Araújo | (PTR) |
| Deputado Padre Jonas | (PTR) |
| Deputado Jorge Cauhy | (PL) |
| Deputado José Ornellas | (PL) |
| Deputada Lúcia Carvalho | (PT) |
| Deputado Manoel Andrade | (PTR) |
| Deputada Maria de Lourdes | (PSDB) |
| Deputado Maurílio Silva | (PTR) |
| Deputado Pedro Celso | (PT) |
| Deputado Peniel Pacheco | (S/PARTIDO) |
| Deputado Tadeu Roriz | (PTR) |
| Deputado Wasny de Roure | (PT) |
| Deputado Salviano Guimarães | (PDT) |

Rev.: ALICÉA

Taq. : GILWANIA

Hora: 9:58

Nº 30.1

Data: 23.06.92

Orador: PEDRO CELSO

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Havendo número regimental, de-
claro aberta a ~~presença~~ sessão.

Sob a proteção de Deus. iniciamos os nossos trabalhos.

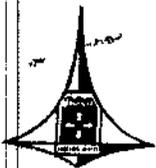
Passaremos à Presidência dos trabalhos ao ^{nome} Deputado Salviano Guimarães.

(O Sr. ^{Deputado} Salviano Guimarães assume a Presidência.)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Há expediente sobre a mesa;

← solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo»

(O Sr. l- Secretário procede à leitura do seguinte:)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO PADRE JONAS

LIBRO EM
23/6/92

PROJETO DE LEI Nº 192

AUTOR s Deputado PADRE JONAS
PARTIDOS Partido Trabalhista Renovador-PTR

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros públicos nos Supermercados e na Rede Bancária do Distrito Federal e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, decreta:

Art. 18 - Torna obrigatória a instalação de banheiros públicos feminino e masculino, nos Supermercados e na Rede Bancária do Distrito Federal, para atendimento ao usuário.

Art. 20 - As instituições bancárias estudarão a melhor forma para instalação dos banheiros, de forma a resguardar a segurança interna do estabelecimento.

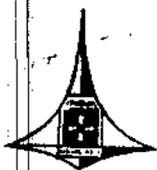
Art. 39. - Fica instituído o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para aplicação desta Lei, a partir da sua aprovação.

Art. 49 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 50 - Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A T I V A

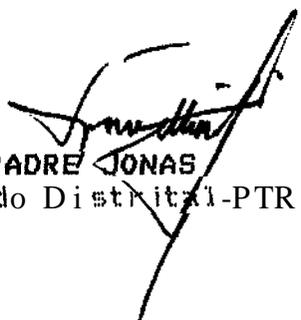
A todo o instante, milhares e milhares de pessoas utilizam os serviços bancários, bem como os estabelecimentos comerciais, em especial os Supermercados, permanecendo nos referidos estabelecimentos, muitas vezes, mais de uma hora.

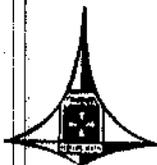
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Dessa forma, torna-se indispensável a instalação de sanitários públicos nos bancos e supermercados para atendimento às necessidades fisiológicas dos usuários do sistema.

Sendo assim, pedimos o apoio dos Nobres Pares para aprovação de nossa proposição.

Sala das Sessões, de junho de 1.992.


PADRE JONAS
Deputado Distrital-PTR



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO PADRE JONAS

Lido em
23/6/92

INDICAÇÃO Nº 192.

AUTOR # Deputado PADRE JONAS
PARTIDO: Partido Trabalhista Renovado...PTR
ASSUNTO: Asfaltamento da QNL 19 - Taguatinga Norte

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 de seu Regimento Interno, Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador o **asfaltamento final da QNL 19, em Taguatinga Norte, aproveitando o período de estiagem.**

J U S T I F I C A T I V A

As obras de asfaltamento na QNL 19, em Taguatinga Norte, foram iniciadas em janeiro deste ano e até o presente momento não foram concluídas. A poeira vem provocando problemas nos aparelhos respiratórios dos habitantes daquela área. Muitas queixas chegam ao nosso Gabinete solicitando providências, porque os acessos dos carros às garagens de muitas casas estão prejudicados, havendo preocupação geral quando do período chuvoso, ocasião que a lama se fará presente nas ruas, com sérias consequências ao tráfego.

Sala das Sessões,

de Junho de 1992.


PADRE JONAS
Deputado Distrital-PTR

LIDO EM
23/6/92

OF.

Nº 190/92-PRESI

Brasília-DF., 19 de junho de 1992

Da Presidência da TERRACAP

Cia. Imobiliária de Brasília.

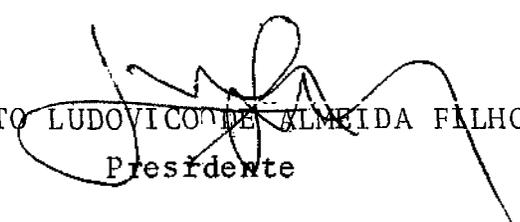
Ref.: Processo nº 112.010.012/91-5

Senhor Presidente,

Esta Empresa, em função das suas atividades específicas, foi incumbida de proceder a avaliação e adotar os demais procedimentos necessários a venda dos imóveis relacionados nos autos em referência, aos seus legítimos ocupantes, observada a legislação que disciplina a matéria.

Em obediência as disposições contidas no Decreto nº 13.983, de 08.06.92, encaminho em anexo, cópia de inteiro teor do processo nº 112.010.012/91-5, que tem por objeto a alienação de imóveis funcionais, para conhecimento e adoção de outras providências cabíveis.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.


HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA FILHO
Presidente

Excelentíssimo Senhor

Deputado Distrital SALVIANO GUIMARAES

MD. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

SAIN - Parque Rural

70.160 - Brasília-DF

N E S T A

csf/jfl.

cont. o sr. secretário Pedro Celso

L100 EN

23/6/92

MENSAGEM ADITIVA

Nº 104/92-GAG

Brasília, 19 de junho de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa:

Através da Mensagem nº 088/92-GAG, de 25 de maio de 1992, foi encaminhado à essa Casa Legislativa o Projeto de Lei do DF nº 432, que altera a denominação e a categoria do cargo em comissão que especifica, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

Propõe-se no referido Projeto de Lei a alteração do cargo em comissão de Secretário de Estabelecimento de Ensino, Símbolo DFA-6, do Quadro de Pessoal da FEDF, para Chefe de Secretaria Escolar, Símbolo DFG-6.

A medida tem por objetivo adequar a nomenclatura do cargo em comissão supracitado à estrutura organizacional daquela Entidade, posto que a unidade a qual se vincula o referido cargo denomina-se Secretaria Escolar.

Ressalte-se que o cargo em comissão de Secretário de Estabelecimento de Ensino possui três níveis distintos de classificação, dependendo do estabelecimento de ensino em que se vincula, ou sejam, DFA-6, DFA-4 e DFA-2.

Excelentíssimo Senhor

Deputado SALVIANO GUIMARÃES

Digníssimo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

N E S T A

23.6.92

(OL)

31/2

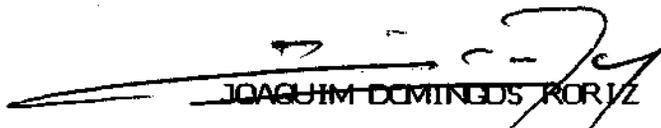
Todavia, no Projeto de Lei em foco constou apenas a **classificação** referente ao DFA-6. Assim, mister se faz incluir as demais, a fim de manter a uniformidade em todos os estabelecimentos de ensino da Rede **Oficial** do Distrito Federal.

É importante registrar que a medida não implica em qualquer **incremento** da despesa, eis que os níveis de retribuição permanecem os mesmos, alterando-se tão-somente a denominação do cargo e o transferindo da categoria de assistência para a de direção, visando a atender as necessidades da FEDF.

Diante do exposto, o art. 1º do Projeto de Lei do DF n2 432, deverá **ser alterado** para a seguinte forma:

"Art. 12 Os atuais cargos em comissão de Secretário de **Estabelecimento** de Ensino, **Símbolos** DFA-6, DFA-4 e DFA-2, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, da categoria **assistência**, passam a **denominar-se** Chefe de Secretaria Escolar, **Símbolos** DFG-6, DFG-4 e DFG-2, integrando a categoria direção".

Na **oportunidade**, renovo a Vossa Excelência protestos de alta **estima** e distinta consideração.



Governador do Distrito Federal

- 100 E7
- 20 6 92

MENSAGEM

Ns 105/92-GAG

Brasília, 19 de junho de 1992.

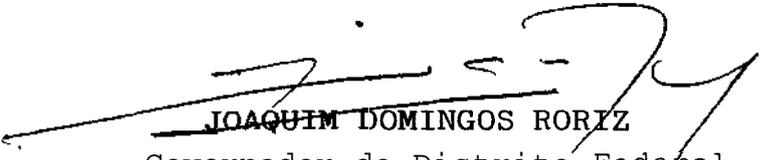
Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar o Projeto de Lei anexo, que "desafeta área pública situada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 06, Área Especial "A", RA-I e dá outras providências", encarecendo submetê-lo a elevada apreciação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A desafetação proposta destina-se a viabilizar a permuta da área por outra de igual extensão, de propriedade da Universidade de Brasília, em atenção à decisão nº121/91, do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente-CAUMA, homologada pelo Decreto nº13.631/91.

A desafetação e a permuta são medidas necessárias à regularização urbanística da área mencionada, em acordo em estudos técnicos desenvolvidos e com o interesse público.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de apreço.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Digníssimo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

N E S T A

/vfc

23.6.72

(10 L)

71/4

PROJETO DE LEI Nº

Desafeta área pública situada no Setor
Hoteleiro Norte, Quadra 06, Área Espe-
cial A, RA-I e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º - A área pública situada no Setor Hote-
leiro Norte, Quadra 06, Área Especial "A", Região Administrativa
de Brasília-RA-I, com a extensão de 8.270,60m² (oito mil duzentos
e setenta vírgula sessenta metros quadrados), é desafetada, pas-
sando à categoria de bem dominial.

Art. 2º - É o Distrito Federal autorizado a ce-
lebrar permuta da área a que se refere o artigo 1º por área de
extensão equivalente, situada no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 06,
Área Especial "A", RA-I, de propriedade da Fundação universidade
de Brasília.

Art. 3º - A área a ser recebida em permuta se
incorporará ao patrimônio do Distrito Federal na categoria de bem
de uso comum do povo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contra-
rio.

2:00 SM
- 23/6/92CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JORGE CAUHY

INDICAÇÃO Nº _____ /92

AUTOR: DEPUTADO JORGE CAUHY

SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DO **NÚCLEO** BANDEIRANTE A CONSTRUÇÃO DE GUARITAS PARA ABRIGO DE POLICIAIS MILITARES EM MISSÃO DE PATRULHAMENTO NAQUELA **SATÉLITE**.

A Câmara Legislativa do Distrito **Federal**, nos termos do Artigo 105 de seu Regimento Interno, sugere ao Poder **Executivo**, através da Administração do **Núcleo** Bandeirante, a construção de guaritas nas quadras residenciais daquela satélite, com o objetivo de facilitar o policiamento ostensivo pela **Polícia** Militar.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O **Núcleo** Bandeirante, durante anos a fio, foi uma cidade sem graves problemas de segurança. Por sua origem, pela tradição de seus habitantes, pelas suas dimensões, houve época em que a segurança não era das grandes preocupações da comunidade.

Hoje, entretanto, o quadro se modificou. Como todas as cidades em crescimento, **também** o Bandeirante começa a apresentar os sintomas de violência urbana.

A ação das nossas policias - civil e militar - tem sido esforçada, constante e valiosa. **Entretanto, esbarraria** em alguns problemas **operacionais**.

Um desses problemas se prende ao fato de que varias quadras residenciais - a exemplo das situadas na Av. Central Blocos de 11 a 211- **têm** apenas um acesso, que **funciona** como entrada e **saída** de veículos, já que, ao fundo, os blocos confrontam com a pista, sem terem saída para ela. Desta forma, o patrulhamento motorizado - a regra geral - torna-se ineficiente. Basta que



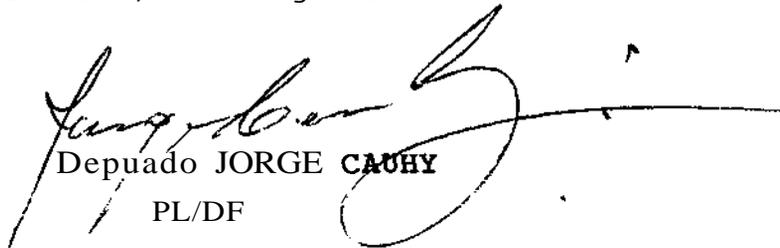
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JORGE CAUHY

os transgressores escapem pelo fundo dos blocos para que a ação dos veículos policiais fique impossível.

Identificando este problema, a coletividade de alguns blocos edificou, por conta **própria**, guaritas para abrigar Policiais Militares em patrulha, guaritas essas situadas no fundo dos blocos, de maneira a **vedar**, por ali, a ação dos marginais. A medida, formada de comum acordo com o comando da PM, resultou.

Dessa maneira, a extensão da edificação de guaritas a outras quadras, num trabalho conjunto de Administração/Comunidade, e a disposição da Polícia Militar de servir-se delas como pontos fixos de **patrulhamento**, poderão resultar, com baixos custos e num espaço curto de tempo, em melhoria acentuada da segurança dos habitantes do Bandeirante.

Sala das Sessões, 22 de junho de 1992.


Deputado JORGE CAUHY
PL/DF

Mensagem nº 103, de 1992, do...

S/M^a.Marlene.

MENSAGEM

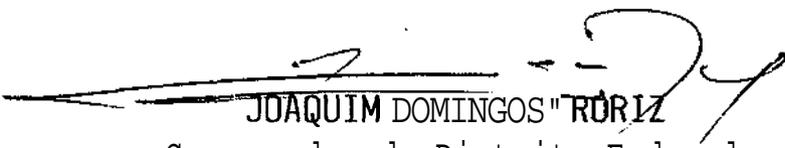
Nº 103/92-GAG

Brasília, 19 de junho de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência que nos termos do artigo 29 do Decreto Legislativo nº 01, de 05 de julho de 1991, combinado com o artigo 178, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sancionei o Projeto de Lei nº 048/91, de 1991, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Brasília e dá outras providências", e que se converteu na Lei nº 274, de 16 de junho de 1992.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinguida consideração.


JOAQUIM DOMINGOS "RORIZ"

Governador do Distrito Federal

A Sua Excelência o Senhor
Deputado SALVIANO GUIMARÃES
DD. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
N E S T A

Rev.: LIZETE

Taq.: MARIA MARLENE

Hora: 10h^{U2}_{15m}

Nº 32/2

Data: 23/6/92

Orador: SR. SECRETÁRIO PEDRO CELSO

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Passamos às

COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS

Com a palavra o ~~Sr.~~ Líder do PT, Deputado Wasny de Roure.

(PT. Sem revisão do orador.)

O SR. WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o pro

cesso eleitoral do Entorno do Distrito Federal já começa a tomar conformações e,

naturalmente, várias denúncias têm chegado ao Gabinete da Liderança do PT, e fcsesse

sentido ~~fizemos uma investigação com relação ao processo eleitoral em curso na ci~~

~~dade de Luziânia em função das diversas solicitações chegadas a nós por envolver~~
(virtude de várias que nos chegaram)
~~investigamos o processo eleitoral em curso na cidade de Luziânia.~~

o Distrito Federal, ~~(Em decorrência disso fiz o nosso pronunciamento) por escrito~~

(ficar)
para que pudesse ~~deixar~~ registrado nos anais desta Casa, ~~sem~~ nenhuma dúvida quan

~~a pesquisa que realizamos?~~
~~to ao teor da nossa intervenção nesta manhã.~~

~~O Governador Joaquim Roriz~~

S/MARLENE

Relatório da viagem à cidade de Luziânia (GO) em 15.05.92

Assunto: averiguar denúncias sobre fraude eleitoral naquele Município, envolvendo o PTR local e o Governador do DF, Joaquim Roriz.

HISTÓRIA DE UMA FRAUDE ANUNCIADA

O Governador Joaquim Roriz montou ~~um~~ poderoso esquema político para vencer as eleições nas cidades do "Entorno" e aumentar, assim, sua influência no Estado de Goiás. Para tanto, ~~ele~~ não mede esforços, nem dinheiro, na tentativa de derrubar antigos aliados locais (PDC, PMDB, PFL) e ampliar assim suas bases eleitorais em territ(5)rio goiano "comendo por dentro", para usar a expressão de um vereador de Luziânia, o eleito:orado dVA duPla Iris-Santillo.

Usando seu prestígio junto à população mais pobre do Distrito Federal, Roriz vem-se utilizando de ~~uma~~ antiga prática clientelista nacional: a compra de votos» Aproveitando-se do calendário eleitoral, que exclui o Distrito Federal do pleito muni<: ipal deste ano, Roriz e o PTR goiano montaram ~~um~~ esquema de aliciamento das populações carentes dos assentamentos e cidades-satélites (Santa Maria, Samambaia, Gama /etc .), transformando promessas de lotes em votos. A prática é bastante conhecida dos moradores do "Entorno" „Dezenas de kombis- lotação, recolhem, diariamente, moradores da periferia do DF, especialmente de Samambaia, Gama e Santa Maria, e os leva para cidades do Entorno <Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia /, etc) „ Munidos do título de eleitor e de um endereço falso, previamente fornecido pelos militantes do PTR, esses eleitores do DF ou pessoas sem registro eleitoral / cadaBt:ram-se como eleitores das cidades Boianas, prometendo que, na eleição municipal, irão votar no candidato do "Joaquim", como é conhecido o Governador naquela região. Isso se explica pelo fato de ex retirem dezenas de políticos de sobrenome Roriz, desde vereadores y passando por Presidentes do Partido e prefeitos. Luziânia, por exemplo, é administrada por Zequinha Roriz, irmão de Joaquim, e ~~ela~~, na Câmara Municipal, pelo menos três parentes do Governador..

Esses moradores do DF recebem em troca do favor político a promessa de lotes semi-urbanizados em assentamentos planejados por Roriz. Segundo dados levantados por partidos de oposição ao "esquema Roriz" ~~Ve~~ ali se situam legendas totalmente diferentes entre si (PT, PFL, PDC e PSDB) ~~740~~ kombis foram alugadas pelo PTR para fazer o transporte diário de eleitores. Isso somente para Luziânia.

Ao chegarmos em Luziânia, não foi difícil constatar as denúncias. Nos guichês do Cartório Eleitoral, formam-se longas filas, diariamente, de pessoas interessadas em trocar o domicílio eleitoral ou se cadastrar pela primeira vez. Fornecem um endereço cedido pelos guias do PTR, que acompanham os forasteiros durante toda estadia em Luziânia, para evitar o assédio de outros Partidos ou financiar algumVA taxaVA que porventura seja cobrada do eleitor. Essas taxas são cobradas no caso de eleitores em atraso com a Justiça Eleitoral.

Um funcionário do Cartório Eleitoral de Luziânia, que pediu para não ser identificado, reconhece que a prática é comum, e que vem aumentando nesses últimos dias de cadastramento (o prazo se encerraria VA dois de maio mas foi prorrogado pelo TSE porVA o dia 26 de junho. "Colocamos um aviso no vidro do guichê lembrando que o fornecimento de informações falsas sobre o domicílio é crime eleitoral. Mas não adiantou, VA maioria dessas pessoas não sabe nem ler", observou.

Outro indício dVA fraude eleitoral: dezenas de kombis-lotação, com placas de Brasília, estão estacionadas em frente à sede do PTR de Luziânia. Motoristas aguardam já sombrVA uma leva de eleitores, sempre acompanhados por um guia, para retornarem ao DF. Mal entramos na Prefeitura da cidade, em cujo prédio também funcionaVA Justiça Eleitoral e a Câmara de Vereadores, fomos surpreendidos por um militanteK do PTR, que, aos gritos, convocava um grupo de eleitores já cadastrados para retornarem a Brasília. Tudo é feito de modo aberto, sem camuflagensB "Eles mandam nVA cidade, os Roriz fazem o que querem, isso é assim há cem anos" observaVarela, Assessor doInici<: Vereador petista dVA cidade, o Prof. , Djair.

O Presidente do PFL local, Fernando Andrade Pádua, entrou com ação junto ao Cartório Eleitoral dVA i392 Zona, baseado no Código Eleitoral, acusando o PTR de "aliciamento de eleitores". No documento, o Partido pede a cancelamento de todos os títulos cadastrados VA partir de janeiro deste ano, quando se iniciou a fraude eleitoral.

A truculência dos "rorizistas" se acenívou quando tentamos descobrir detalhes sobre VA fraude. Investiram contra dois funcionários da Câmara Legislativa do DF que faziam fotos das kombis e das filas no Cartório Eleitoral. Com ameaças de prisão ... entre eles havia um policial civil de nome Eliel Flores Roriz Jr. ... e de apreensão do filme fotográfico, os militantes do PTR, praticamente, expulsaram os observadores, sob pretexto de que ~~estes~~ estavam invadindo a privacidade deles.

(Wasny de Roure)

Um dos "rorizistas", mais exaltado, chegou a oferecer dinheiro. "Nós temos dinheiro, oferecemos o dobro do que eles pagam para vocês trabalharem contra o PTR", disse acreúitando que os servidores da Câmara do DF fossem contratados do PFL.

Segundo informações do Diretório Regional do PT de Goiás, o esquema montado por Roriz atinge praticamente todo o "Entorno", que agrega 12 cidades goianas. Desta forma, acredita o PT, Roriz pretende fortalecer sua base eleitoral em Goiás, com vistas à eleição estadual de 1994, ou quem sabe pensando em vãos maiores.

Um ex-aliado da família Roriz, o vereador Liosório Meireles, do PDC, é incisivo ao denunciar a fraude: "Aqui, todo mundo sabe que esse esquema está sendo financiado pela caixinha do Metrô de Brasília. O Roriz quer chegar à Presidência, e para isso ele vai precisar de muito dinheiro", afirmou.

Acreditamos que a melhor forma de comprovar todas essas denúncias seja através de uma listagem das placas das kombis, para checagem junto à Secretaria de Transportes do GDF. Outra medida seria a obtenção, junto à justiça eleitoral de Goiás, do número de eleitores filiados nos municípios do Entorno, de janeiro parva cá, bem como a averiguação do domicílio eleitoral destas pessoas, ou pelo menos uma amostragem.

São essas as considerações do Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente.

WASNY DE ROURE
Secretaria de Planejamento
e Desenvolvimento Urbano

O SR. PRESIDENTE

S/ Lara

Rev.: Arnaud

Taq.: Çara

Hora: 10h12

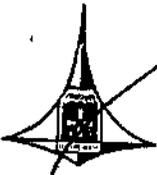
Nº 37.1

Data: 23:06:92

Orador: Presidente **Salviano**Guimarães

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Sr. Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou encaminhando à Mesa o seguinte Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a reservar áreas para instalação de cir-
cos em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JORGE CAUHY

PROJETO DE LEI Nº _____ /92

Sen

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
RESERVAR ÁREAS PARA A INSTA-
LAÇÃO DE CIRCOS EM TODAS AS
REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO
DISTRITO FEDERAL.

//

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art.
ARR.

1º: Fica o Poder Executivo autorizado a promover os atos necessários à implantação de áreas especiais destinadas à instalação de Circos em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Parágrafo
PARÁGRAFO

Únicot As áreas a que se refere este **Artigo** serão dotadas da **infra-estrutura necessária** à montagem dos **Circos**.

Art.
ARR.

2º: O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta Lei no prazo de **180 (cento e oitenta)** dias contados da sua publicação.

Art.
ARR.

30: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.
ARR.

4º: Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Há no Brasil um movimento da Sociedade organizada no sentido de assegurar a sobrevivência e o resgate dos espetáculos **circenses**, bem como das condições de **trabalho**, para os artistas de **circos**.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JORGE CAUHY.

A arte circense, aliás, é uma das mais puras e antigas manifestações culturais do país, estando completamente integrada à nossa memória e à nossa cultura. Embora hoje a arte do circo passe por grave crise - como de resto ocorre com quase todas as formas artísticas de expressão - há um movimento grande para assegurar a sua sobrevivência. Trata-se do movimento "RECEBA O CIRCO DE BRAÇOS ABERTOS".

Das várias razões conjunturais para explicar a dificuldade por que passam hoje as companhias circenses, uma é facilmente identificável e de solução simples, de baixo custo e eficaz: simples decisão política, já que o seu custo é mínimo.

Trata-se, como preconiza o presente Projeto de Lei, de assegurar definitivamente às companhias de espetáculo que pretendam se apresentar no Distrito Federal condições mínimas de instalação. Assim, o que se pretende é que o Distrito Federal se ofereça - numa iniciativa inédita no País - para RECEBER O CIRCO DE BRAÇOS ABERTOS, como pede a campanha dos Amigos do Circo. Vamos receber o circo de braços abertos.

A cultura brasileira agradecerá. A arte brasileira agradecerá. **Agradecerão, acima** de tudo, as nossas crianças.

Sala das Sessões, de junho de 1992.

Deputado JORGE CAUHY
PL/DF

t'

el.

Rev.: Arnaud

Taq.: Lara

Hora: 10h12

Nº 37.4

Data: 23.06.92

Orador: Jorge Cauhy

Sr. Presidente, vemos que em todo o Brasil são reservadas áreas para teatros, para tantos outros eventos culturais, mas, infelizmente, não existem áreas reservadas para circos.

Quando um circo chega à cidade, aquelas pobres pessoas ainda têm ^{de} ~~que~~ procurar um lugar para se instalarem.

O circo já vem de milênios, ^{Em} ~~quando na~~ nossa infância, ~~já~~ assistíamos espetáculos de circo. [—] ~~Ve~~ e ainda prestigiamos esse espetáculo até hoje. Vemos circos maravilhosos que trazem até nós artistas e todas as espécies de animais que dão alegria não só para a criançada, como também para os jovens, adultos e velhos.

~~Então como~~ Nunca ^{houve} ~~surgiu~~ no Brasil, ao menos não tenho conhecimento, de uma ^{Casa} ~~Câmara~~ Legislativa que ^{tenha editado} ~~tenha buscado~~ uma lei.

~~S/Denise~~

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Rev.: Arnaud

Taq.: Densie

Hora: 10h14

Nº 0/38.2

Data: 23.06.92

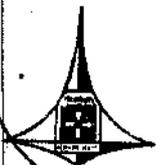
Orador:

den

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.)- Sr. Presidente, Srs. Deputados, faz bem olharmos o fenômeno físico, ver com atenção, enxergar, e com isso, vamos a fundo na questão. Por isso, tomo a liberdade, hoje, de ter um olhar longínquo.

~~Sr. Presidente, Srs. Deputados...~~

~~S/Riva~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PADRE JONAS

OLHAR LONGÍNQUO

Senhor Presidente, Sr. e Sr.

Membros Deputados,

Infelizmente, na administração pública, o futuro sempre exige mais do que o presente, e, até mesmo, faz com que o passado seja esquecido pelas inúmeras atividades que a sociedade, principalmente a consumista, passa a cobrar. O fluxo não pode parar, a produção tem que ser garantida e o consumo precisa ser mantido, senão a flutuação do meio social passa a ser uma constante de agitação, nefasta aos dirigentes de qualquer administração direta. Nesses momentos difíceis, a história sempre ensinou: "O melhor fôqualizador é o entendimento", ocasião que a estátua do poder adquire vida, deixa o pedestal por alguns instantes e vai mesclar-se nos reclamos populares. São situações difíceis para qualquer um, porque a realidade passa a ser encarada de perto, a verdade requer explicações claras e precisas, a derrota não é aceita... A vitória é a meta enxergada por todos os participantes e envolvidos no processo decisório. É o nada exigindo tudo!...

Por sua vez, a mesma história também ensina que"

- quando o Poder Judiciário funciona precariamente, e só opera para resolver as reivindicações dos influentes, o Poder Executivo retarda e o Poder Legislativo se amotina;

- quando o Poder Executivo age mal, o Poder Legislativo sai para o confronto e o Poder Judiciário aguarda sem solução alguma;

.... quando o Poder Legislativo não se entende, o Poder Executivo faz o que bem quer e o Poder Judiciário se perde ou pára de propósito;

- quando os Três Poderes acima perdem a harmonia entre si, a descrença se apodera do povo, que passa a executar, legislar e julgar, conduzindo a administração pública à instabilidade, à corrupção e à ruína; tudo vale, tudo serve, ninguém se entende, com o "poderio econômico" assumindo o controle de todas as ações.

Quando começamos a olhar para trás, nada melhor do que lembrar dos fatos de quase três décadas passadas, ocasião que os oportunistas e aproveitadores do

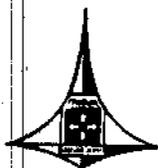
(Padre Jonas)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

momento, cujas esfinges de entreguistas, e desprovidas do respaldo popular, assumiram o poder pela força, "em nome da democracia e da ordem". O resultado foi o extermínio de muitos em prol do abuso externo, com o suborno a maneira de dizer que "estavam ajudando nosso País". Hoje, ainda encontramos alguns facinorosos daquela época tão próxima, tentando recuperar as "imagens de seus líderes fracassados" com receio de que a história real venha puni-los com o esquecimento, bem como mostrando os verdadeiros responsáveis pela situação desastrosa que nos encontramos. Fazem do futuro o presente, sepultam o passado e buscam nas ações vis «x manutenção do seus espíritos corroídos pela desgraça alheia que provocaram. Têm como ideal a fortuna conseguida através da mentira. Usam o desespero alheio como plataforma de suas conquistas efêmeras.

Assim, para se afastar as ações dos oportunistas manobreiros que restam, primeiro, devemos lembrar que os Poderes do Distrito Federal foram eleitos com o voto popular, e segundo, que a harmonia tem que existir entre estes Poderes. para que a caminhada rumo a um futuro promissor seja coroada de êxito» Para tanto, é necessário que haja um círculo de colaboração, oportunidade em que as possíveis diferenças dão lugar ao entendimento, as ações são conjuntas e a balança judiciária funcione dentro da lei, respeitando as posições do ser humano, dando-lhe confiança e garantindo a sua segurança pessoal e qualitária, caso contrário calaremos, na certa, dentro da citação de JOSÉ BENTO MONTEIRO LOBATOS "é preferível escrever estorinhas para crianças, do que participar de administração pública deste País".

S.S.V.
 Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos direto ao assunto: Brasília, ao completar 32 anos de existência, é uma das maiores metrópoles do mundo, detentora dos títulos de "Capital do III Milênio", "Patrimônio Cultural e Artístico da Humanidade" e, porque não dizer, orgulho da Engenharia Brasileira, sem contar com outras designações que lhe são atribuídas. Possui uma Satélite, que, com pouco mais de dois (2) anos de existência, figura como uma das maiores cidades brasileiras. Sua expansão, manutenção e organização, exigem um esforço sobre-humano. Qualquer ação do Poder Executivo, a polêmica é certa, com VAs críticas, VAs parecendo de maneira suntuosa. Busquemos nosso interior e sejamos coerentes com a realidade: não é fácil ao Excelentíssimo Senhor Governador administrar esta Cidade, ainda mais cumprindo suas metas assumidas, corajosamente, antes das eleições, como, por exemplo, a construção do Metrô. O Metrô, é necessário e terá que ser construído, e teve o aval da maioria, porque será um transporte de massas com o emprego da energia elétrica de fonte hídrica, renovável, e que temos disponível em reserva. Não nos convém ficar dependentes de um único tipo de transporte público coletivo e que só consome petróleo,

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

dentro de um complexo de doze Administrações Regionais, com distâncias, entre elas, consideráveis.

Por isso, é de bom alvitre que o Poder Legislativo do Distrito Federal dê o exemplo, ajudando o Executivo e o Judiciário, para que os mesmos possam ajudá-lo, evitando-se, principalmente, a colocação de "cortinas escuras" no olhar lúcido do ~~Excelentíssimo Senhor~~ Sr. Governador do Distrito Federal, que busca, constantemente, o melhor futuro para esta terra.

Ao finalizar, nada mais significativo do que repetir as palavras do General DWIGHT DAVID EISENHOWER, por ocasião da instalação dos aliados na Itália, em 1944: "Devemos ter grande cuidado na geração de fumaça para camuflar nossas tropas, porque obscurará a visão inimiga e também a nossa". (Palmas)

Muito Obrigado.

Bala das Sessões, de junho de 1992.


PADRE JONAS
Deputado Distrital-PTR

S/CLARICE

Rev.: Edson

Taq.: Clarice

Hora: 10h24

Nº SO 43.1

Data: 23.06

Orador: José Ornellas

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra
o Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS (PL. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, estou apresentando hoje uma indicação e faço ques-
tão de lê-la:

~~"Sugere ao Poder Executivo"~~ →

S / F R A 14

5



D C P U T A D O

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LER NO POUF/MO EXPEDIENT
DE 23300-3ª Feira

INDICAÇÃO Nº 192

DEPUTADO JOSÉ ORNELLAS

" Sugere ao Poder Executivo a realização de estudos sobre os mecanismos de financiamento do Setor Público do Distrito Federal."

A Câmara Legislativa, nos termos do artigo 108 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo que"

a) realize estudos sobre os mecanismos de financiamento do Setor Público, incluindo as transferências vinculadas ao produto da arrecadação federal, bem como de outras transferências vinculadas. O resultado desses estudos deverá ser publicado, destacando as vantagens e desvantagens para o Distrito Federal no atual sistema tributário;

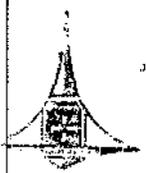
b) com base nos estudos, o Governo do Distrito Federal proponha, se for o caso, ao Governo Federal revisão nos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

J U S T I F I C A Ç ã o

Brasília tem sido um pouco irresponsavelmente tratada como uma cidade improdutiva e excessivamente dependente da União. Isto é um equívoco que exige correção. A renda per capita do DF situa-se ao redor de US\$ 6 milhões, superior ao PIB de vários países da América Latina. Claro que o nível desta elevada renda corresponde à vocação e papel de Brasília como Capital Federal. Mas, por outro lado, percebe-se um inadverto processo de desestatização da economia local, que se expressa no fato de 65% da renda interna e 18% dos empregos são gerados no setor privado. Economia, como afirmam os economistas contemporâneos, alguns deles estudiosos de

Q

h



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Brasília, é RENDA e, neste sentido, nada autoriza afirmar que somos improdutivos. Procluzimos os serviços correspondentes à nossa vocação constitucional e daí alcançamos múltiplas alavancas geradoras de renda e emprego..

De resto, o problema de finanças públicas do DF depende mais dos critérios de distribuição do FPE do que da estrutura produtiva local.

Trata-se, pois, de uma questão institucional que deve ser melhor analisada e mudada. Daí a proposta, através desta INDICACÃO, para que o GDF estude com profundidade os mecanismos de financiamento de sua execução orçamentária e situando-se, a partir daí, com claras definições acerca dos debates sobre REFORMA TRIBUTÁRIA, IMPOSTO ÚNICO, FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS e FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS. Cabe ao Poder Executivo liderar esta conscientização sobre a questão fiscal em Brasília e o movimento de opinião capaz de alterar algumas regras extremamente prejudiciais à cidade-Estado.,

Mesmo não sendo da competência da Câmara Legislativa legislar sobre a matéria, não poderíamos deixar de marcar nossas preocupações, procurando chamar a atenção e responsabilidades do Poder Executivo para o seu adequado equacionamento.

Sala das Gessões, de Junho de 1992.,

José Ornellas
Deputado JOSÉ ORNELLAS

S/Ivi

Rev. : Edson

Taq. : Ivi

Hora: 10h28min

Nº 0/45.T

Data: 23.06

Orador: Geraldo Magela

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna, hoje, para discutir uma questão que considero da maior relevância para o Distrito Federal. Esta Casa aprovou, no ano passado, um projeto de lei de nossa autoria, em conjunto com o Deputado Maurílio Silva, que institui o incentivo fiscal à cultura e o Fundo de Apoio à Arte e à Cultura. Há um ano aprovada, essa lei ainda se encontra, hoje, nas gavetas do Governo do Distrito Federal. Apesar de já ter sido sancionada e ter sido regulamentada, ainda não foi normatizada, o que faz com que ela não possa ser aplicada.

Não identificamos, nessa atitude do Governo do Distrito Federal, principalmente na pessoa do Sr. Secretário de Cultura, Fernando Lemos, uma atitude contrária ao movimento cultural do Distrito Federal, no sentido de tentar fazer com que o movimento cultural fique na dependência das verbas que o Governo, liberadas, por várias vezes, fizemos contato com a Secretaria da Cultura, tentando colocar definitivamente em vigor essa lei. Infelizmente não obtivemos sucesso,

S/Kátia

Rev.: ARIMAR

Taq.: KATIA

Hora: 10:30

Nº 0-46.1

Data: 23/06/92

Orador: |Deputado Geraldo Magela

~~Infelizmente, não obtivemos sucesso.~~ Vários são os argumentos colocados para a não publicação da normatização desta lei. E, a partir de agora, adotando uma postura extrema, ^{raiz/} ~~que~~ não nos foi deixada outra solução, vamos partir para a denúncia pública. Vamos a todos os estabelecimentos ~~que se dividiram~~ que tiverem atos culturais, ~~denunciar~~ ^{para} a omissão do Governo com a questão cultural. Todas as atividades do Governo neste campo, têm sido de fachada, têm sido de "marketing". E nós, infelizmente, vamos ter que adotar a postura da denúncia pública.

Portanto, queremos deixar aqui registrado, que mais uma vez o Executivo trata uma lei aprovada nesta Casa, com absoluto descaso. E ~~que~~ nós, vamos ter que ir às praças públicas, vamos ter que ir aos teatros, aos cinemas, às casas de shows, para dizer* que, se a cultura do Distrito Federal necessitar do apoio deste Governo, ela irá à mendicância, ~~ela~~ irá à falência absoluta, e nós iremos denunciar isso publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO -

SEGUE LÚCIA ...

Rev.: Arimar

Taq.: Aya

Data: 23/06/92

Hora: 10:34

Nº: 0.48.1

Orador: Peniel Pacheco

Secret. Mesa:

~~... o argumento ali citado, é o argumento da proporcionalidade do art. 21 do Regimento Interno, que diz que na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, representação proporcional dos partidos.~~ Esse foi o argumento apresentado para a Justiça, a fim de garantir a participação do Partido dos Trabalhadores na Comissão de Sistematização. Só que isso foi um sofisma, maliciosamente engendrado, com intuito de confundir a opinião pública e subverter a verdade, ~~que~~ que está clara, transparente, cristalina no nosso Regimento Interno.

-Acho até interessante que alguns não queiram ouvir, porque os argumentos, às vezes, falam: mais alto do que os sofismas. A verdade sempre prevalece acima da falsidade.

O ~~art. 1º~~ art. 1º das Disposições Transitórias diz:

"A Lei Orgânica será elaborada conforme o estabelecido neste Título." Qual é o título? O título das Disposições Transitórias. Toda Lei Orgânica tem, portanto, o seu Regimento próprio, que é o título das Disposições Transitórias, conforme o ~~art. 1º~~ Regimento Interno.

Pois bem, o que diz B ~~art. 1º~~ das Disposições Transitórias, que trata especificamente da Lei Orgânica? O texto diz que para a ~~composição~~

S/ Gilwania

Rev.: ARIMAR

T. GILWANIA

Hora: 10:36

N.º 49 1

Data: 23.06.92

Orador: PENIEL PACHECO

~~da Lei Orgânica?~~ O texto diz^a que para^a composição da Comissão de Sistematização, será constituído da seguinte maneira: _____

~~Primeiro, o~~ Presidente, o Vice-Presidente, e o Secretário da Comissão de Sistematização, serão eleitos.

A primeira coisa que o Regimento diz, exatamente no art. 3º ~~das Dis~~
~~posições Transitórias e no art. 15~~ das Disposições Transitórias.

~~Segundo, os~~ relatores das Comissões Temáticas serão eleitos pelo Plenário (art. 42 e § 22).

~~Terceiro, os~~ relatores das Comissões Temáticas integrarão a Comissão de Sistematização.

... (Pausa)

Ora, o Deputado quando diz: "Esse cara..." devia considerar que somos parlamentares e estamos na Mesa do Plenário e o Regimento mostra claramente qual deve ser o tratamento entre colegas. V. Exa. deveria ter pelo menos o decoro parlamentar no tratamento com os companheiros. Não vou ficar no "ping pong" porque seria deselegante até para com os demais, transformarmos essa tribuna numa platéia, que alias, é isso que eles gostariam, De ver os Deputados, como se fosse num ringue. Estou falando com argumentos que o Regimento está me dando. Se V. Exa. não quer ouvir, até admito que assim V. Exa. proceda, porque ouvir a verdade, as vezes dói.

O Regimento diz que a Comissão de Sistematização seria eleita,^e e-
Leição é eleição. A proporcionalidade não se aplica, portanto, a Comissão de Sis-
tematização, conforme eles alegaram perante a Justiça, ⁱⁿ invocando o art. 21, do Re-

Rev.: ARIMAR

Taq.: GILWANIA

Hora: 10:36

Nº 49.2

Data: 23.06.92

Orador: PENIEL PACHECO

gimento Interno. Alguém poderia dizer: ~~mas~~, mais o art. 4º . . .

s/Hermione.

Rev.: Arimar

Taq.: Hermione

Hora: 10:38

Nº 050/1

Data: 23/6/92

Orador: Peniel Pacheco

... mas o art. 4º no § 1º diz: " O Presidente, o Vice-Presidente e os membros das Comissões de que trata o **caput** deste artigo, serão indicados, obedecidos os critérios para a composição das Comissões Permanentes da Câmara Legislativa."

É verdade, Os critérios que seriam obedecidos, referentes à Comissão permanente são exatamente aqueles que dizem respeito às Comissões Temáticas, porque está escrito aqui " de que trata o **caput** deste artigo", e o **caput** do artigo diz assim: " Cada Comissão Temática será composta."

Isso significa que as Comissões Temáticas teriam a proporcionalidade, e tiveram a proporcionalidade.

Em nenhum lugar, no Regimento, vamos encontrar que a Comissão de Sistematização seria constituída pela proporcionalidade, porque, de acordo com o Regimento Interno, é exatamente o título das Disposições Transitórias, que dizem respeito à formação da Comissão de Sistematização, que é citada como uma Comissão **sui generis**, e não Comissão Temporária ou Comissão permanente, conforme reza o art. 21 do nosso Regimento Interno.

O art. 21 fala especificamente de Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara Legislativa, e não fala de Comissões da Constituinte, ou seja, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Em terceiro lugar, temos de considerar ~~essa~~ que se essa decisão

Rev.: Arimar

Taq. : Hermione

Hora: 10:38

Nº 050/2

Data: 23/6/92

Orador: Peniel Pacheco

for levada a efeito, vamos criar aqui uma situação um tanto complicada.

Vejam bem, a Comissão de Sistematização foi constituída por quatro Relatores e tres membros eleitos. Os relatores são membros natos, de acordo com o Regimento, ^{J 01} ~~os~~ três membros eleitos são aqueles que deveriam dirigir os trabalhos da ^{Comissão de} Sistematização.

Esses três membros eleitos nao participaram das Comissões Temáticas! eles ficaram excluídos de participar ~~em~~ desse processo, ^{is} portanto, eles estão...

S/M^a.Marlene.

Rev.: GERALDO

Taq.: MARIA MARLENE

Hora: 10h40m

Nº 51

Data: 23/6/92

Orador: DEPUTADO PENIEL PACHECO

Portanto, eles estão com essa medida, caso seja implementada, criando uma situação extremamente complicada para a câmara Legislativa, porque alguns seriam duplamente prejudicados, ou seja, não participariam das Comissões Temáticas e quem sabe, até perdendo o mandato conforme estão querendo realizar, para que um que já participou das Comissões Temáticas fosse duplamente beneficiado, ocupando um cargo na Comissão de Sistematização. Sabemos que esses cargos biônicos foram sepultados na época da ditadura. Os cargos daqueles que não conseguiram se eleger pelo voto e tinham de recorrer a expedientes escusos, inclusive tentando camuflar a verdade, para que a justiça pudesse ser induzida a erro, como aconteceu aqui, é um expediente velho, usado na ditadura. Creio que a Câmara não precisa ressuscitar a figura dos biônicos para tentar trazer, aqui, apenas interesses pessoais, personalistas, estrelismos para a Lei Orgânica do Distrito Federal. Se alguém quer participar da Lei Orgânica pode apresentar emendas, fazer observações, votar. Mas se há apenas o desejo de querer aparecer, compreendemos esse exagero e toda essa celeuma em torno do assunto. Concluo dizendo, Sr. Presidente, que se essa eleição for

refeita

Rev. : Geraldo

Taq. : Marlene

Data: 23.06.92

Hora: 10:42

Nº: 0-52/1

Orador: Peniel Pacheco

Secret. Mesa:

~~se esta~~ eleição for refeita, estará havendo, simplesmente, uma ingerência inaceitável de um poder sobre o outro. O Poder Judiciário, obviamente, tem o seu Regimento Interno e deve respeitá-lo. Assim como a Lei Orgânica e a câmara Legislativa também têm seus Regimentos Internos e devemos respeitá-los.

~~Uma~~ Sou de opinião que se a insistência e para se ^{carregar} dar a alguém que não conseguiu ganhá-lo no voto, que nós abríssimos uma exceção, que nós demonstrássemos boa vontade, que nós, até, admitíssemos, quem sabe, criar uma oportunidade, para que a Comissão de Sistematização pudesse ter um Deputado biônico, ~~porque~~ Desta maneira, quem sabe, o brilho das estrelas estaria iluminando a mente dos membros da Comissão de Sistematização, e ~~quem sabe~~ assim nós conseguiríamos até ~~melhor~~ o nosso trabalho e o nosso desempenho.

Agora, uma coisa deve ser dita: não há base regimental, constitucional ou qualquer outro tipo de base que pudesse assegurar a anulação da eleição feita, ~~isto~~, eu creio que a Casa deve se esmerar em preservar as decisões tomadas aqui, inclusive, ~~isso~~ só não ^{faço} ~~participar~~ isso pessoalmente, porque não ^{quero} ~~interromper~~ interromper o processo de votação da Lei Orgânica do Distrito Federal. ~~rfHb~~ Não desejamos ser culpados de tentar impedir que a Lei Orgânica seja aprovada dentro do prazo ~~pre~~estabelecido. E não poderíamos admitir só que haja uma intransigência, que esperássemos o Supremo decidir sobre esta questão, que seria causa ganha. ~~Uma~~ ^{uma} ~~que~~ ^{que} poderíamos ^{fazer,} ~~dever,~~ neste caso, ^{seria} ~~abrir~~ abrir uma porta, abrir uma exceção, como já fizemos outras vezes. Como, ~~uma~~ ^{uma} ~~imposição~~ ^{imposição}..

S/Clara

Rev. : GERALDO

Taq.: MARIA CLARA

Hora: 10:44

Nº 0.53.1

Data: 23/06/92

Orador:

(Continua o Sr. Penlel Pacheco...)

~~AA~~ por uma imposição, já permitimos que houvesse a presença do Partido dos Trabalhadores na Mesa Diretora e que nós o fizéssemos pela segunda vez, demonstrando que somos abertos ao diálogo, inclusive, ¹ ~~fy~~ ^{fy} sito aqui a atitude nobre do PTR, um partido que na época era a segunda força aqui na Casa, que não ocupou nenhum cargo na Mesa e nem por isso recorreu a Justiça para garantir ~~algum~~ cargo, ~~para que ele~~ ^{aceitasse} a decisão desta Casa, Isso ~~que~~ é atitude digna, isso flujíai é uma atitude que engrandece o Legislativo local, ~~Esta~~ ^{Esta} é a posição que ~~os~~ ^{os} devem ter os homens públicos, a capacidade de saber ganhar e a capacidade de saber, também, articular e até mesmo dialogar. ~~Crio~~ ^{Crio} que, desta forma, estaremos constituindo um Poder Legislativo eficiente.

Todos os exageros, todos os radicalismos, toda forma de lançar esta Casa ao achincalhe da opinião pública, certamente, terá o seu preço e a sociedade saberá julgar.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ~~em relação a esta questão de Carlos Alberto~~ não tinha previsto fazer uma intervenção hoje, mas diante do desenrolar da sessão, sinto-me obrigado a vir à tribuna

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Rev.: GERALDO

Taq.: MARIA CLARA

Hora: 10:44

Nº 0.53.2

Data: 23/06/92

Orador: Deputado Carlos Alberto

para manifestar o meu pensamento.

~~O art. 55...~~

S/DIANA

Rev.: GERALDO

Taq.: DIANA

Hora: 10:46

Nº 0.54.01

Data: 23/06/92

Orador: Continua o Sr. Carlos Alberto

~~Um~~ O art. 58, § 1º, da Constituição Federal diz o seguinte:

~~de~~ Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa."

Este § 1º ^{do art. 58} da Constituição Federal coloca a Mesa, cujos membros são todos eleitos em sessão secreta, e as Comissões, que são compostas com base na proporcionalidade e no acordo entre os Líderes, ^{sob} ~~estas~~ dois critérios de composição que abordam o mesmo princípio da proporcionalidade: a Mesa, que é eleita pelo voto direto e secreto, e as Comissões, que são compostas também ^{com o} ~~em~~ mesmo princípio de proporcionalidade e composta por acordo de lideranças.

Tivemos aqui, durante este processo de composição, uma situação ^{mas} agora estamos diante de um fato jurídico, ^{da} decisão de um Tribunal Superior do nosso País, cujo acórdão está a nossa disposição, ^e, estabelece que o princípio da proporcionalidade não foi devidamente cumprido nesta questão da Comissão de Sistematização.

Não vejo por que ~~não possamos fazer~~ ...

S/JUSSARA

Rev.: GERALDO

Taq.: JUSSARA

Hora: 10h48

Nº 0 - 55

Data: 23.06.92

Orador: Carlos Alberto

não ~~possamos~~ fazer autocrítica de nossos erros. Em primeiro lugar, porque errar é humano, Não há instituição que não erra. Pode-se dizer que é raro ser humano. ~~em~~ num único dia, não comet~~o~~ ~~nenhum~~ erro. É uma instituição composta por seres humanos ~~que também cometem~~ também se comete erros. E nós cometemos um erro grave: impedir, através do voto, ~~uma pessoa~~ ~~que um partido com~~ na ocasião da eleição dos membros da Comissão de Sistematização, ~~tinha~~ o maior número de deputados, fizesse parte da Comissão de Sistematização. Sem dúvida, a forma de escolha foi o voto. Fui eleito para a Comissão, ~~o~~ ~~único~~ ~~deputado~~ de meu partido; assim como outros ~~deputados~~ também foram eleitos ~~os~~ ~~representantes~~ ~~únicos~~ de seus partidos. Ora, e óbvio que o princípio da proporcionalidade não foi cumprido, ~~é~~ absolutamente claro, «48 cristalino» é Não podemos negar ~~isso~~.

Quero também me reportar ao Regimento Interno da Casa, para dizer que ele está abaixo da Constituição Federal; se é que bem entendo ~~o~~ ~~nosso~~ trabalho legislativo. O Regimento Interno diz, sem diferenciar ~~Relatores~~ de Comissões Temáticas, ~~o~~ ~~Presidente~~, Vice-Presidente e ~~Secre-~~ tário, ~~No seu~~ ~~art. 3º.~~

S/ Lara

Rev.: Stein

Taq.: Lara

Hora: 10h50

Nº 56.1

Data: 23.06.92

Orador: Carlos Alberto

Art. 3º:

"Na segunda sessão ordinária a que se seguir a promulgação da resolução que institui o Regimento Interno da câmara Legislativa, o Presidente fará realizar a eleição dos Relatores das Comissões Temáticas, do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário da Comissão de Sistematização."

Não há aqui a situação de membro nato da Comissão de Sistematização; todos são eleitos. Não há um membro da Comissão de Sistematização que não tenha sido eleito pelo Plenário.

Quero dizer, Sr. Presidente, que esta é a questão mais preocupante para mim. Não acredito que seja possível fazer com que haja uma instituição legislativa, um Parlamento que tenha a credibilidade da população, se utilizarmos a prática do mero interesse pessoal, a prática do fisiologismo.

Sr. Presidente, aqueles que têm prática fisiologista vendem-se tão barato que sequer deveriam merecer, daqueles que compram essas práticas, o aceno, numa página de jornal de receber uma administração qualquer, em qualquer administração Regional que exista nesta cidade, porque o preço é muito barato para aquele que está comprando tal tipo de comportamento de cidadãos que não merecem o respeito da sociedade e tão pouco desta Casa.

Venho fazer um discurso ~~que sei que está na base.~~

Rev.: Stein

Taq.: Denise

Hora: 10h52

Nº 0/57.1

Data:
23.06.92Orador:
C. Alberto

... que sei está na base da nossa impossibilidade de acabar com a inflação, da nossa incapacidade de acabar com a crise econômica, da nossa incapacidade de ter credibilidade neste Parlamento.

Então, Sr. Presidente, estamos diante de uma situação. Eu tenho um posicionamento ^{quanto} a essa questão: se esta Casa errou ao compor a Comissão de Sistematização, agora estamos diante de um acórdão ~~Supremo Tribunal Federal, por decisão~~ de uma instância superior, estamos diante dessa situação e teremos de cumprir esse acórdão. Minha posição é de que, se eventualmente esta Casa errou, o PT está diante de um momento em que pode dar uma prova de grandeza. O PT tem condição de compor a Comissão de Sistematização, como mais um dos membros, sem que se coloque, concomitantemente, a necessidade de que o Presidente, o Vice-Presidente ou o Secretário abram mão de seus cargos. Essa é a minha proposta, - já apresentada em reunião realizada ontem. O PT dará uma prova de grande maturidade e de capacidade de diálogo, mostrando que é ^{um} partido habilitado, inclusive, para as lides do poder.

Estamos caminhando para as próximas eleições e, este ano, estamos vivendo um episódio dessa natureza. Em 1994, estaremos vivendo outro. Tenho certeza ^{de} que o Partido dos Trabalhadores terá um papel importante →

Rev.: M^a Stein

Taq.: Riva

Hora: 10:54

N^o 0.58.1

Data: 23/06

Orador: Carlos Alberto

~~...1094-estaremos contra...~~ Tenho certeza que o Partido dos Trabalhadores terá um papel importante nas transformações culturais desta sociedade, para que possamos trilhar um caminho de progresso, de democracia e de justiça. Mas, para que isso seja possível, não só será cometendo erros, não só será retaliando, que iremos conseguir; é necessário que tenhamos capacidade de negociação, de diálogo, porque ninguém mais, neste planeta, pode avorar-se dono da verdade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Rev.: M^a Stein

Taq.: Riva

Hora: 10:54

N^o 0.58.2

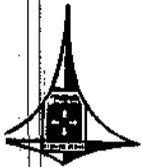
Data: 23/06

Orador: Pres. Salviano Guimarães

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Ordem do Dia para Sessão Ordinária de 23/06/92.

Convido o Sr. Secretário a proceder à leitura do 1^o item da Ordem do Dia.

(O Sr. 1^o Secretário procede à leitura do seguinte:)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DO DIA PARA SESSÃO ORDINÁRIA

DE 23/06/92

01) - Discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei n^o 420, de 1991, que **"Autoriza o Poder Executivo a criar, instalar o Parque Ecológico Veredinha, em Brazlândia e dá outras providências"**.

Autor: Deputado Edimar Pireneus

Relatores: Deputado Fernando Naves - CCJ

Deputado Aroldo Satake - CEOF

Deputado Agnelo Queiroz - CAS

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Redação Final do Projeto de Lei n^o 420.

O SR. PADRE JONAS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de sugerir à Mesa, já que não houve emenda, a dispensa da leitura da

Rev.: M^a Stein

Taq.: Riva

Hora: 10:54

Nº 0. 58.3

Data: 23/06/92

Orador: Padre Jonas

Redação Final.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A Presidência acata a

sugestão
~~revisão~~ do Deputado Padre Jonas e colocará em discussão a Redação Final do Projeto de Lei nº 420.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir,

*Em votação.**(eslocarei em votação.)*

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a Redação Final do

Projeto de Lei nº 420 queiram permanecer como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada a Redação Final do Projeto de Lei nº 420.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do 2º item da Or-

dem do Dia.

S/ Márcia

Rev.: STEIN

Taq. : MÁRCIA

Hora: 10h56

O/Ne 59/1

Data: 23/06/92

Orador: SALVIANO GUIMARÃES

~~Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do 2º item da~~

~~Ordem do Dia.~~

(O Sr. Secretário procede à leitura do seguinte:)

02)- Discussão, em 1º turno, 3.º dia, do Projeto de Lei nº 132, de 1991, que **"Determina atendimento domiciliar aos portadores de deficiência impossibilitados de comparecerem aos hospitais e postos de atendimento."**

Autor: Deputado **Benício** Tavares

Relatores: Deputado Padre Jonas - CCJ

Deputado **Wasny** de Roure - CEOF

Deputada **Rose Mary** - CAS

OBS - Pareceres favoráveis da CCJ, CEOF e CAS.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passaremos ao 3º item da Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

(O Sr. Secretário procede à leitura do seguinte:)

03)- Discussão, em 1º turno, 3.2 dia, do Projeto de Lei nº 183, de 1991, que **"Dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação em Direitos Humanos nos cursos de Formação das Polícias Civil e Militar do DF."**

Autor: Deputado Agnelo Queiroz

Relatores: Deputado Fernando Naves - CCJ

Deputado Benício Tavares - CEOF

Deputado **Edimar** Pireneus - CAS

OBS- Pareceres favoráveis da CCJ, CEOF e CAS.

Rev.: STEIN

Taq.: MÁRCIA

Hora: 10h56 0/ Nº 59/2

Data: 23/06/92

Orador: Salviano Guimarães

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passaremos ao 4º item da Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

(O Sr. Secretário procede à leitura do seguinte:)

04)- Discussão, em 12 turno, 3 º dia, do Projeto de Lei nº 212. de 1991, que **"Estabelece normas para realização de exames de saúde pré-admissionais no âmbito do Governo do Distrito Federal"**.

Autor: Deputado Agnelo Queiroz

Relatores: Deputado Fernando Naves - CCJ

Deputado Benício Tavares - CEOF

Deputado Eurípedes Camargo - CAS

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, - -

Convoco os Srs. Deputados para a sessão extraordinária, a realizar-se hoje às 17 horas, com a seguinte Ordem do Dia: "Discussão e votação,
em 1º turno, do Projeto de Lei nº 412!"

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 108".

DDiscussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 107!"

~~GRANDE EXPEDIENTE~~ →

S/ANA

Rev. : MARIA

Taq. : ANA

Data: 22/06

Hora: 10:58

Nº. O - 60/1

Orador: SALVIANO GUIMARÃES

Secret. Mesa: PEDRO CELSO (cont. & Sr. Presidente)

(P SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Passa-se ao
GRANDE EXPEDIENTE

Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

Convido o Deputado Pedro Celso a assumir a Presidência dos nos
sos trabalhos.

(Assume a Presidência o Deputado Pedro Celso)

Rev. : MARIA

Taq. : ANA

Data: 22/06

Hora: 10:58

Nº : 0 - 60/2

Orador: PEDRO CELSO

Secret. Mesa:

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr Presidente, ^{venho/} a tribuna porque quero fazer um debate ^{para a Tribuna} oportuna de de conceder apartes ^(O) e ^{para} debate sobre o que o Deputado Peniel Pacheco e o Deputado Carlos Alberto ^{a respeito da} abordaram aqui ^{quanto} da decisão judicial ~~sobre~~ a necessidade de se refazer a eleição para 3 cargos da Comissão de Sistematização.

Quero resgatar, Sr. Presidente, alguns episódios transcorridos nesta Casa, primeiro, para refrescar a memória de alguns!, depois, para se colocar a verdade no seu exato lugar. O Partido dos Trabalhadores foi alijado da Comissão de Sistematização, não por vontade sua, mas por uma manobra da maioria que, ^{se} entendendo dona desta Casa, achou que podia excluir a minoria ~~A~~ maioria, naquele momento, foi composta pelo PTR, pelo PDT, pelo PL, pelo PCB, pelo PST, pelo PSDB ^{errado} não me lembro se ^{errado} tinha algum partido. ^{aquele época} ~~e~~ excludo ^{mu} deliberadamente, por um grande acordo, o PT e o PC do B. O PDT tinha, naquele momento, ~~se não me engano,~~ ~~4 Deputados e, pelo acordo,~~ ~~abriu mão de ir para Comissão de Sistematização~~

S/NEY.

Rev.: ALZIRA

Taq.: N E Y

Hora: 11h00m

Nº 0 - 61.1

Data: 23.6.92

Orador: GERALDO MAGELA - PT

se não me engano 4 Deputados, e, pelo acordo, abriu mão de ir para a Comissão de Sistematização para ter as Presidências de ^{mas} ~~R~~ comissões ou de uma comissão. ^{Havia} ~~de~~

~~na~~ também o PRP, ^{o que me parece} ~~que~~ ^{o que} o nobre Deputado Cláudio Monteiro ainda não era do PDT. ^{intenciona ao} [Pois bem, o PT, à época, veio à tribuna dizer que queria participar da Comissão de Sistematização; entendia que era um direito constitucional e que recorreria às barras dos tribunais para ter esse direito garantido.

Foi interessante que a maioria, naquele momento - e aí é preciso entender

quem é maioria, ^{o que} ~~pois~~ tem o poder de fazer ~~os~~ acordos, ~~pois~~ tem a opção de passar o rolo compressor ou, ^{de} ~~de~~ fazer ^{do} ~~os~~ acordos, reconhecendo ^o ~~a~~ existência e a força da maioria. Ela tem dois caminhos, ^{e pode} ~~escolher~~ ^{os} ~~quais~~ dos dois usar. Na-

quele momento, o caminho do rolo compressor foi o escolhido, só que desrespei-

~~tou-se~~ ^{faço-se} ~~naquele~~ momento, uma norma constitucional, e ^{que} ~~esta~~ foi garantida hoje,

por uma decisão judicial. ^É ~~é~~ interessante que alguns Deputados, que àquela

época já brandiam as suas verves sectárias contra o PT, hoje vêm para cá fa-

zer a mesma coisa, até por ^{que} ~~que~~ precisa justificar para alguns a sua postura

de permanente) atacante) do PT. As suas razões podem estar naquilo que ~~que~~ não

~~estão~~ ^{causa dos} nas páginas dos jornais, como naquilo que ~~estão~~ nas páginas de jornais.

Rev.: Alzira

Taq.: Clarice

Hora: 11h02

N2 SO 62.1

Data: 23.06

Orador: Geraldo Magela

~~pode estar naquilo que não estão nas páginas de jornais, como aqueles~~
~~que estão nas páginas de jornais~~. As razões poder. estar num ou nou-
tro lugar, mas a verdade é uma só: o ataque gratuito ao PT é, inclusi-
ve, eivado de urna série de ilações que não traduzem a verdade.

Quero colocar ^{aqui} duas questões, ^e ~~de~~ aqueles que se lembra-
rem, poderão ~~aqui~~ testemunhar. J' coloquei a primeira: ~~que~~ o PT, no
momento da eleição, disputou e disse que queria participar da Comissão
de Sistematização. No semestre passado, procurei os Deputados Maurí-
lio Silva, Maria de Lourdes Abadia, Fernando Naves e Salviano Guima-
rães, os quatro na condição de Membros da Comissão de Sistematização e
de Presidente ^{desta} Casa, para dizer o seguinte: o PT queria buscar um
acordo, onde fosse possível garantir a sua participação na Comissão de
Sistematização, ^{porque} ~~e~~ entendia que o melhor momento ^{para} ~~era~~ se buscar ^{isso} ~~o~~
acordo era antes da decisão judicial, ^{porque} ~~se~~ houvesse um desejo de
todos, ^e principalmente da maioria, ^{de} se fazer ^{esse} ~~o~~ acordo, ^{isso} ~~este~~ seria
possível. Mas não houve ^{a quem} ~~nenhum~~ interesse ^{essa poluição} ~~em~~ se buscar ^{este} ~~este~~ acordo.
^{houvesse esse consenso}
Se ~~ele~~ ^{fosse} antes da decisão judicial, at' a ação poderia ter sido
retirada, mas nenhum interesse foi demonstrado para se ^{chegar} ~~buscar~~ ^{ao} ~~este~~
^{termino do impasse.}
~~acordo~~. O segundo momento foi depois da decisão judicial, e antes
da expedição flü acordão...

Rev. : ALZIRA

Taq.: FRAN

Data: 23/06/92

Hora: 11:04

Nº: 63/1

Orador: DEPUTADO GERALDO MAGELA

Secret. Mesa:

e antes da expedição do acórdão, quando procurei os mesmos Deputados, Deputado Maurílio Silva, ~~Deputado~~ ^{MARIA DE LOURDES ABAZIA} Fernando Naves, para dizer que o PT desejava o acordo, ~~e o acordo~~ ^{que} deveria sair antes do acórdão para que este não tivesse que ser desrespeitado. ~~Nós~~ (chegamos a uma proposta que parecia poder avançar, ~~uma~~ proposta da Deputada Maria de Lourdes Abadia, mas aí apareceram os Deputados Peniel Pacheco e Rose Mary Miranda que não concordaram e disseram textualmente: "tem que esperar o acórdão para que ele seja cumprido." A Deputada Rose Mary Miranda foi lacônica, disse o seguinte: " a decisão judicial tem que ser cumprida". Quero dizer, antes de conceder aparte ao Deputado Maurílio Silva, ^{que} o PT não está fechado ao acordo; se houver uma proposta para sair do impasse, o PT tem disposição para analisá-la, mas não pode ser a mesma proposta ^{anteriormente} ~~que~~ foi rejeitada, não pelo PT, mas ~~rejeitada~~ pela Lider do PTR e pelo Deputado Peniel Pacheco, ^{quando} ~~os~~ ambos defendiam o cumprimento da decisão judicial. O PT agora diz o seguinte: aceitamos o acordo; que se proponha, ~~se~~ ^{se} faça e ~~represente~~ ^{represente} uma proposta ^{pois} para ~~acordo~~, temos disposição para analisá-la ^{ela} ~~a proposta~~ ^{desde} que passe pelo acórdão e não seja repetição do que foi a proposta ~~que eles rejeitaram ...~~

S/IVI

Rev.: Alzira

Taq.: Ivi

Hora: 11h06min

Nº 0/64.1

Data: 23.06

Orador: Geraldo Magela

e ~~que~~ não seja a repetição ~~do que foi~~ proposta que S.Exas. rejeitaram num momento anterior, porque a repetição da história se dá por tragédia ou por farsa. ~~Nós~~ não estamos em nenhuma dessas duas situações.

U SR. MAURÍLIO SILVA - Vermelho
 Deputado Maurílio Silva lhe concedo, honrosamente, ~~um~~ aparte. *aparte?*

O SR. MAURÍLIO SILVA - Muito obrigado. Sr. Deputado e demais

companheiros presentes. *nr* Realmente o nobre Deputado Geraldo Magela ~~nos~~ procurou *mos* no semestre passado, portanto no ano de 91, para discutir a participação do PT na Lei Orgânica. Naquela ocasião, a nível de acordo, tínhamos

~~4~~ algumas dificuldades, visto que o PT estava aguardando, como nós, uma decisão

~~4~~ Justiça. No entendimento que ~~nos~~ tivemos, naquela ocasião, *a coisa se devia* passaria de uma

outra maneira. Se tão logo se efetivou a eleição da Comissão de Sistematização,

tivéssemos discutido a proporcionalidade prevista na Constituição Federal, poderia *mos*

discutir um acordo. Mas, logo depois, o PT entrou na Justiça e, *az*

tivemos uma dificuldade nessa direção. Recentemente, o Deputado Geraldo

Magela voltou a discutir e é exatamente essa *a* proposta que S.Exa. colocou.

Naturalmente, tivemos algumas dificuldades, *não* da minha parte, ~~mas~~ *mas* aí ~~venho~~

uma dificuldade de ordem legal. *?* Não foram os Deputados Peniel Pacheco

e Rose Mary Miranda que *a* colocaram, *mas* naquele momento. O Presidente desta Casa

era quem colocava uma dificuldade de ordem legal. Como fazer um acordo antes

do acórdão, quando *o mandado* um ~~lado~~ já havia sido *conseguido* conseguido parcialmente. ~~Eu penso~~

que temos aí algumas

S/Kátia

SR. GERALDO MAGELA -

Rev.: ALZIRA

Taq.: KATIA

Hora: 11:08

Nº 0-65.1

Data: 23/06/92

Orador: Deputado Maurílio Silva

~~— concedido parcialmente.~~ Penso que temos aí, algumas dificuldades e gostaria que isso ficasse aqui, ~~no mínimo~~, para reflexão noossa, Vamos ter, dentro de alguns meses, eleições para a Mesa. Pressuponho que daqui para a frente vamos garantir todas as vagas da Mesa ^{de} outras comissões na ^JJustiça, ^{me}seria isso? ^{me}Parece um pouco perigoso, porque seria mais fácil chamar o Tribunal de Justiça para definir alguns pontos aqui. Acho que não passa por aí. Deveremos encontrar um caminho, urna solução, e, ~~que~~ naturalmente, essa solução deve sair ~~aqui~~ desta Casa, e não da justiça do Distrito Federal. Continuo aberto a discutir o assunto, a encontrar uma solução que venha atender à Casa como um todo.

Até ontem eu discutia isso reservadamente, e agora já estou discutindo ~~isso~~ de maneira pública, ^{pois julgo} ~~que~~ não deveremos, nem agora, nem no futuro, expôr esta Casa ^a ~~por~~ este tipo de discussão, quando o processo político deve ser de entendimento para se chegar a um acordo.

A Comissão de Sistematização entra agora, no momento mais difícil da Lei Orgânica, porque, de fato, iremos iniciar agora a elaboração da Lei Orgânica, e precisamos de companheiros para colaborar, para trabalhar. ~~o PT~~ Não temos nenhuma dificuldade em absorver, ^{o PT, mas} ^{podemos,} Agora, não ~~posso~~ ^{em} ^{sã} consciência, abrir mão do ^{meu} ~~meu~~ cargo, ^{moosso}

Rev.: ALZIRA

Taq.: KATIA

Hora: 11:08

Nº 0-65.2

Data: 23/06/92

Orador:

porque ^{Loucas} fui eleito, legalmente, e ^{assim como} acho ~~que~~, os demais companheiros, como
a Deputada Maria de Lourdes Abadia, e Deputado Fernando Naves, ~~não têm~~
~~como abrir mão dos seus cargos, porque foram legalmente eleitos nessa~~
~~Casa.~~

Estamos vivendo um processo....

SEGUE LÚCIA

Rev.: ALICÉA

Taça.: LÚCIA

Hora: 11:10

Nº 0-66/1

Data: 23/06/92

Orador: Maurílio Silva

...não têm como abrir mão ^{dos seus cargos}, porque foram legalmente eleitos ~~nesta Casa~~, e ~~es~~
 tamos vivendo num processo democrático que precisa ser respeitado e entendi-
 do por todos. Então, fica, Sr. Deputado Geraldo Magela, a minha observação
 de que o caminho da Justiça é o caminho extremo ^{e que} ~~para se conseguir~~ e podere-
 mos evitá-lo no futuro e, quem sabe, ^{com} ~~em~~ um amplo entendimento para que ~~es~~
 ta Casa seja democrática ^{para} e que tenhamos, sempre ^{como} ~~maneiras para~~ solucionar os
~~problemas~~ ^{sem} ~~o~~ caminho extremo, que é a decisão da justiça.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) - Concedo

o aparte a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRª MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB. Sem revisão da orado-

ra) - Sr. Deputado, estou também, como V.Exª, preparando o meu pronunciamen-
 to sobre o que penso sobre esta questão. Entretanto, nao poderia me calar,
 neste momento, já que fui citada, de, também, como o companheiro Maurílio
 Silva, fazer algumas reflexões sobre este momento. A primeira coisa ^{é que} penso
 que esta Casa ainda não se ~~apercebeu~~ do seu papel, da sua função como Parla-
 mento, ^{cuja} ~~que~~ ^{mentos foram} ~~abriga~~ ~~parlamentares~~ eleitos pelo povo, ^{os} ~~com~~ Partidos e que todos
 têm o mesmo direito de participar de tudo. O erro começa por aí. Na hora em
 que começam as negociações, determinados grupos, determinados Partidos come-
 çam a impor posições, como se aqui tivessem

SEGUE AYA.

Rev.: Alicéa

Taq.: Aya

Data: 23/06/92

Hora: 11:00

Nº: 0.67.1

Orador: Maria de Lourdes Abadia

Secret. Mesa:

~~... na hora que começam as negociações determinados grupos, determina-
dos partidos começam a impor posições, como se aqui tivessem vaqui-
nhas de presépio.~~

Então, acho que essa é a primeira reflexão que a gente tem de a
fazer ~~aqui~~ nesta Casa: todos somos iguais, todos fomos eleitos pelo
voto ^f pela vontade popular. Eu não quero ^o espaço de ninguém ~~aqui~~, mas
quero garantir, tim-tim por tim-tim, ^{a minha participação} ~~o meu espaço~~ nesta Casa, porque: per-
tenço a um partido ^y porque fui eleita pelo povo.

Quero dizer mais: eu li o acórdão, e hoje ou amanhã, estare-
mos entrando com uma ação declaratória, para que os desembargadores
^{digam} ~~coloquem~~ qual de nós três, ^o ~~o~~ Deputado Maurílio Silva, ^o ~~o~~ Deputado
Fernando Naves ^{o, esse} ~~terá~~ que sair desta Comissão. Quero saber qual é o ar-
gumento que o desembargador vai usar para nos ^{cassar} ~~caçar~~, porque isso é
uma ^{casaria} ~~casaria~~! Porque nós ^o ~~ob~~servamos o Regimento, ^{internos} ~~nós~~ fomos eleitos nes-
te ^D ~~plenário~~, dentro ^{do que} ~~daquilo~~ que o Regimento prega. E, ainda tem mais!
~~eu~~ falo por mim ^y não vou entregar o meu cargo sem antes saber
que é que esses desembargadores, quais os argumentos que esses desem-
bargadores terão para dizer: que ...

A
S/ Gilwaniá

Rev.: ALICÉA

Taq.: MARIA MARLENE

Hora: 11h18m

Nº 70

Data: 23/6/92

Orador: DEPUTADA MARIA DE LOURDES ABADIA

~~da forma como quem vai ter de ser resolvido na justiça. Isso é uma pena~~
 e vai perder Brasília, vai perder a Câmara Legislativa e vamos perder todos
 nos, porque sera mais uma desmoralização, mais uma decepção ~~para~~ a comunidade
 de Brasília com a Câmara Legislativa. ^R Vamos tentar renegociar aquela propos-
 ta, ~~se seria~~ ^{que} modificação Regimento Interno, ^{L que} cria um Secretário-adjunto e o PT
 assume essa ~~relatoria~~ ^{secretaria} adjunta. Assim, fica garantida a ~~S~~ Secretaria e a partici-
 pação do Partido dos Trabalhadores na Comissão de ~~S~~ Sistematização. Este é o
 apelo que faço. Está na hora ~~estamos~~ ^{para} de partir para essa negociação.

O SR. GERALDO MAGELA - Concedo o ^a aparte ao nobre Deputado Peniel Pa-
 checo, com muita honra.

O SR. PENIEL PACHECO - Deputado Geraldo Magela, agradeço o aparte.
 Estava ouvindo atentamente o pronunciamento de V.Exa., principalmente na pri-
 meira parte, quando algumas citações ~~foram~~ feitas e, merecem alguns reparos, a
 bem da verdade. ^R Primeiro, quando da participação - aliás muito bem lembrado
 pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Deputado Maurílio Silva - o
 impasse ocorrido não foi ~~se~~ saber se o PT deveria ou não participar. ^{Essa} de-
 cisão dependeu muito mais do PT, desde o início, do que da câmara Legislati-
 va. V.Exa. citou que, por duas vezes, houve uma insistência para que o PT pudes-
 se participar! ~~Primeira vez, antes da decisão da~~

S/MARLENE

Rev.: Lizete

Taq.: Marlène

Data: 23.06.92

Hora: 11:20

Nº: 0-71/1

Orador: Peniel Pacheco

Secret. Mesa:

primeira vez, antes da decisão da Justiça; a segunda vez, antes da manifestação do acórdão. Só que não houve essa mesma benevolência, essa mesma disposição antes da eleição. ^{V. V.} ~~foi~~ naquele momento em que a coisa deveria ter sido decidida. Havia ~~uma~~ atitude de não abrir mão de ~~uma~~ determinadas posições, o que inviabilizou a participação do Partido dos Trabalhadores; ^{ele} ~~O Partido dos Trabalhadores~~ não foi excluído; ~~ele~~ se autoexcluiu! E quem tem memória boa, certamente, ~~vai~~ se lembrar da forma como isso se desenvolveu. Obviamente, havia pessoas ~~participando~~, na Mesa, que defendiam, com mais ênfase, a presença do PT* e outros, com menos ênfase, mas, nem por isso, deixaram de defender; só que, em ~~certos~~ momentos, algumas pessoas, que ^{(teriam) já} participado de ~~uma~~ negociação legítima, ^{procedem diferentemente} porque, se V. Exa. pede negociação, antes do acórdão, antes da decisão, entende que negociar é legítimo, ^(como no caso) principalmente, quando se negocia para o bem da câmara Legislativa; ^{embora tenha} naquele instante, havia a intenção de se incluir o PT, mas no lugar de outros. Ora, ~~realmente~~, qualquer um de nós estaria disposto a ter o PT, mas chegou o momento em que cada um teria que defender também suas posições, ~~o é um~~ direito legítimo que cada um tem. ^{mas} Quando ~~o~~ PT não participou das reuniões, ~~mesmo tendo sido~~ convidado, e a Deputada Rose Mary Miranda e eu, pessoalmente, tive ^{uma} oportunidade de conversar sobre o assunto com o Deputado Carlos Alberto, que teria, também, formulado convite para o PT participar das discussões, ^{poderia} naquele momento, tomou-se uma decisão, que ~~foi~~, inclusive, ~~teria~~ ^{ter sido} possível de ser modificada em plenário, se houvesse ~~uma~~ abertura para esse ^{tal} entendimento...

S/CLARA

Rev. : LIZETE

Taq.: MARIA CLARA

Hora: 11:22

Nº 0.72.1

Data: 23/06/92

Orador: Deputado Peniel Pacheco

(~~Continua o Sr. Peniel Pacheco...~~)

~~para esse entendimento~~ Como aconteceu, por exemplo, na eleição da Mesa Diretora, ^{de} que o PT também se excluiu, só aceitava a Presidência

desta Casa, como todos ~~os~~ sabemos, ~~fa~~ não aceitava ^{nenhum} qualquer outro cargo,

insistiu, ^{Após ter} at' o fim, em ter a Presidência. ^{realizada} Depois que já havia sido feita

a eleição ^{foi} do Presidente e do Vice-Presidente ~~e~~ que se abriu mão do car-

go ^{de} Presidente e ~~que~~ se buscou ~~uma~~ negociação, quer dizer, também, intem-

pestivamente. ~~Então veja bem,~~ Acho que o PT tem direito, deve ^{de} participar,

precisa participar, mas negociação pressupõe, como V.Exa. muito bem ci-

tou, ontem, na reunião, abrir mão de determinadas ^{no sentido de} posições ~~para o~~ entendi-

mento global. ^E ~~Por~~ porque o PT não abriu mão, ~~que~~ ele ficou fora. Agora,

levantei hoje, o questionamento regimental: os argumentos citados pela

defesa, ^{encontram-se em} na petição do Partido dos Trabalhadores, não ~~acham~~ amparo ~~o~~ nos-

so Regimento Interno. ^o a decisão que tomamos não fere a Constituição Fe-

deral, absolutamente, ^{na medida em que as regras relativas às} a Constituição Federal ^{as} Comissões ^{ões/P} permanentes do

Senado e da Câmara Federal, do Congresso, portanto, ^{se} por analogia, ~~se~~ aplicam

~~em~~ a Câmara Legislativa, os mesmos princípios ~~para~~ as Comissões Temá-

ticas e ^{às} Comissões Temporárias da Câmara Legislativa. O Regimento ^{da Lei Orgânica} tem ~~o~~

Capítulo ^o próprio, um ^o Título ^o próprio ~~que~~ tem o seu próprio Regimento da

~~Lei Orgânica~~ ^{para} para refer ^{ência} ~~o~~ a proporcionalidade ^{se - a} ~~ter~~ que re-

meter ao Regimento, como ^{se} fez nas Comissões Temáticas, ^{para a cuja} ~~para~~ composição ~~o~~

Regimento da Lei Orgânica remete ao Regimento da Câmara Legislativa exatamente

Rev.: LIZETE

Taça.: DIANA

Hora: 11:24

Nº 0.73.01

Data: 23/06/92

Orador: Continua o Sr. Peniel Pacheco

~~é~~ exatamente o art. 21¹ fiara a ~~composição~~ das Comissões Temáticas,
 mas não o faz em relação à Comissão de Sistematização. Estes argumentos,
 obviamente, fazem parte de uma linha de raciocínio com total amparo
 regimental. Então, não foi ~~uma~~ mistificação da verdade, como V.Exa. ten-
 tou passar através do seu pronunciamento. Não quero mais roubar o tempo
 precioso de V.Exa., mas finalizo, dizendo ^{que} o Deputado Euripedes Camargo,
^{agora presente,}
~~que se encontra~~ atrás de mim, disse que minhas colocações foram ~~feitas~~
 em tom jocoso; se o fiz, não ~~foi~~ ^{tive} com esta intenção. Eu poderia, inclusi-
 ve, abrir mão deste tom jocoso e retirar qualquer ilação ^{boa} que ~~pudesse~~
 levar a ~~essa~~ ^{Tal} posição desde que o entendimento ~~fosse~~ ^{fosse} possível, sem pre-
 judicar os demais ~~membros~~ ^{elementos} da Comissão de Sistematização; porque ~~eu~~ ^{eu} pessoal-
~~mente~~ não estou disposto a ~~conceder~~ qualquer acordo que, necessariamente,
 implicasse ^{que} na exclusão de qualquer ~~um~~ dos ^{compoentes} membros que estão, hoje, na
 Comissão de Sistematização; ~~Esta~~ é uma posição ~~de~~ ^{de} pessoal. Posso ser
 derrotado, e, se o for, aceitarei a decisão do Plenário, ~~que~~ ^{que} é sobera-
 no. ^{E, ainda:} Agora, ~~fica~~ aqui a minha ~~palavra~~ se eu for ~~o~~ empecilho para que o
 PT participe, retiro-o; abstenho-me até de participar das reuniões;
 não posso ^é aceitar que os ^{os} ~~membros~~ ^{os} atuais da Comissão de Sistematiza-
 ção ^{os} Deputada Maria de Lourdes Abadia, ~~Deputado~~ ^{Deputado} Maurílio Silva, ~~Deputa~~
~~do~~ Fernando Naves e os ^{os} ~~membros~~ ^{os} das Comissões Temáticas, ~~os~~ ^{os} seus respecti-
 vos Presidentes, sejam excluídos do processo.

Era o que tinha a dizer.

Rev . :LIZETE

Taq.: DIANA

Hora: 11:24

Nº 0.73.02

Data: 23/06/92

Orador:

Muito obrigado pelo aparte concedido por V.Exa. J

O SR. GERALDO **MAGELA** - Concedo, com muita honra,
o aparte solicitado pelo nobre Deputado Eurípedes Camargo.

~~O SR. EURÍPEDES CAMARGO ...~~

S/JUSSARA

Rev.: LIZETE

Taq.: JUSSARA

Hora: 11h26

Nº-74

Data: 23/06.92

Orador: EURÍPEDES CAMARGO

O SR. EURÍPEDES CAMARGO - Sr. Deputado, minha intervenção ^{deveria} ~~era~~

~~para~~ ter sido colocada no início da discussão, quando ~~ela~~ ^{para} caminhava rumo

~~esta~~ ^{condenada} não indesejável, a discussão foi ~~levada~~ como se o Partido dos Trabalha-
dores fosse o vilão da história. Não posso admitir esse tom de discurso,

~~por entender~~ que da nossa participação, entendimento e compromisso sofrendo

uma discriminação visível, sem ~~que eu~~ ^{per!} a ~~isto~~ quais os motivos. O - fato - é

Aconteceu esse tipo de tratamento durante ^a ~~essa~~ ^{discussão do assunto} ~~na~~ ^{vitória} ~~Nessa Casa.~~

Quero ^{dizer} ~~colocar~~ ao ^{Companheiro} que as intervenções ^{agora} ~~feitas aqui~~ me animam

pois ~~parece~~ ^{parece} mo começar ^{por} a surgir novas posições que caminham para ~~a~~ ^{um enten-}

~~diamento.~~ ^{diamento.} Nos ^J como o próprio ^{Deputado} ~~colocou~~ ^{disse}, temos interesse em nego-
a ~~Bancada~~ ^{do PT}, ~~mas dentro dos~~

clar, desde que a discussão ~~esteja~~ baseada em parâmetros legais. Sobre a

~~Constituição~~ ^a ~~a~~ ^{legítima a} ~~questão~~ ^{ocorrida na} ao Regimento Interno, entendemos ~~que houve~~ ^{eleição} ~~na~~ ^{escolha}

~~Casa,~~ ^{Casa,} ~~dos membros da Comissão.~~ Mas ^{eleição} e democracia supõem critérios que

~~nao~~ ^{as regras} ~~podem~~ ^{não podem} ser rompidas, em virtude ~~em nome~~ do voto. Já houve aplausos e entendi-

~~mentos~~ ^{por cima} ~~baseados~~ ^{na} lei. Temos ~~um~~ ^{exemplo}, agora, ~~de~~ ^{impedimento} ~~impeachment~~ ^{colocado} ~~feito~~

~~nesta~~ ^{nesta} ~~discussão~~ ^{dessa} por uma forma de escolha, de aplauso, ~~de~~ ^{de} eleição,

que, em sua trajetória, passou por cima ^{fic} ~~de~~ ^{alguns} princípios, ~~causando~~ ^{causando} pre-

juízos ^{da} ~~da~~ Nação. ^{Essa} ~~Essa~~ ^{preocupação}, ~~gostaria~~ ^{gostaria} ~~que~~ ^{que} o ~~requeri-~~ ^{entendimento}

~~fosse~~ ^{fosse} mantido ^{para} ~~que~~ ^{levássemos} adiante ~~essa~~ ^{discussão}, ~~de~~ ^{quanto à} ~~uma~~

forma criteriosa, baseada no Regimento ~~que~~ ^{porque}, ~~envolve~~ ^{envolve} ~~não~~ ^{não}

~~apenas~~ ^{apenas} ~~esta~~ ^{esta} ~~Casa,~~ ^{Casa,} ~~mas~~ ^{mas} ~~em~~ ^{em} ~~consideração~~ ^{consideração} ~~a~~ ^a ~~opinião~~ ^{opinião} ~~de~~ ^{de} toda a sociedade brasileira.

Rev.: LIZETE

Taq.: JUSSARA

Hora: 11h26:

Nº 74

Data:

Orador:

honrosamente,
O SR. GERALDO MAGELA - Concedo aparte, ao Deputado Padre Jonas.

ft. SR. PADRE JONAS -

S/ Lara

Rev.: Lizete

Taq.: Lara

Hora: 11h28

Nº 75.1

Data: 23.06.92

Orador: Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS - Sr. Deputado, agradeço por esta oportunidade e, a bem da verdade, ^{devo dizer que} consegui assimilar bastante o raciocínio ~~de~~ desenvolvido dos diversos ^{quanto} companheiros ^{em base} ao pronunciamento de V.Exa. Gostaria de ^{os} parabenizar ^{pele} este esforço que estamos tentando desenvolver ^{isto} aqui a fim de que ^{o assunto} as coisas sejam ^{tratado e} resolvidas na própria Casa, porque desde ^{ia} tenra idade aprendi ^{pr} o euro no meu trabalho desenvolver tudo aquilo ^{tôr} e evite a chamada ^{apelação} apelação. Toda a ^{apelação} apelação, seja por levantar ^a a voz ou se desistir de ^o diálogo, retrata imaturidade, ^{inverdade} ~~inverdade~~ e portanto ^{dificul} ~~dificul~~ ta ^{do} conclusões sadias, a bem da ^{própria} ~~própria~~ Casa, pois ~~a~~ a Casa esta bem ^{produz} produz frutos à sociedade. ^{Temo} ~~Temo~~ assistido, neste ano e meio de trabalhos parlamentares, diversos tipos de ^{apelação} apelação ^{extrapolando} extrapolando o âmbito da própria Casa, ^{indo a outros setores, a} indo a outros órgãos responsáveis em outras áreas. ^{Tentei} ~~Tentei~~ dizer, hoje, em meu pronunciamento, que os Três Poderes, cada um em seu âmbito, zelando por aquilo que lhes ^{cabe} ~~pertence~~ ^{essencialmente}, produz ^{ra} ~~ra~~ ^{uma} ~~uma~~ integração de soluções a ^{favor} ~~favor~~ da ^{própria} ~~própria~~ comunidade. Não tem sentido o meu trabalho, aqui, se não ~~o~~ buscar, através do diálogo, ^{da} interação de esforços e negociações sadias a respeito de algum argumento, ^{que} ~~depois não~~ ^{benefícios} benefícios à ^{Sociedade} ~~Sociedade~~.

S/Denise

Rev.: Arnaud

Taq.: Denise

Hora: 11h30

Nº 0/76.1

Data:

23.06.92

Orador:

P. Jonas.

... negociações sadias a respeito de algum argumento que depois redunde em benefício ~~da~~ ^{da} própria sociedade. A primeira sociedade começa pela célula mater da sociedade democrática, que é a Câmara Legislativa. Por isso é fundamental que possamos eliminar todo e qualquer tipo de apelação fora do âmbito desta Casa, ^{eis que} ~~porque~~ isso se traduziria em imaturidade daqueles que ^a ocupam. ; . .

Agradeço a oportunidade ^t deste aparte e conclamo os nobres Pares a nos aprofundarmos nesse diálogo, buscando a solução criteriosa para uma dinâmica democrática a favor da própria sociedade.

O SR. GERALDO MAGELA - Muito obrigado. Agradeço aos nobres Parlamentares que me ~~apartaram~~.

Rapidamente, responderei a alguns pontos aqui colocados, para concluir.

Primeiro, o Deputado Maurílio Silva nos relembra, e eu realmente omitei, a fala do Deputado Salviano Guimarães, Presidente desta Casa, quando, na conversa que tivemos, colocou a dificuldade de se cumprir a decisão, ^{O acordo} ~~o acordo que~~ mas muito disso veio a partir da dificuldade do acordo, ^o ~~o~~ foi dificultado basicamente pela posição do Deputado Peniel Pacheco e da Deputada Rose Mary Miranda.

^{Voltando} ~~Regendo~~ um pouco ^{ao} ~~o~~ que a Deputada Maria de Lourdes colocou, fazendo um apelo ao PT, ^{eu} ~~eu~~ gostaria que ela estendesse esse apelo ao PTR.

Rev.: Arnaud

Taq.: Denise

Hora: 11h30

Nº 0/76.2

Data: 23.06.92

Orador:

Am
e ao Deputado Peniel Pacheco, pois foram eles, principalmente a Deputada Rose Mary Miranda e o Deputado Peniel Pacheco que impediram^o o acordo no primeiro momento. Se eles impediram^o o acordo, ^{logicamente} não cabe ~~ao PT~~ ^{ao PT} agora ao PT só ele ceder.

~~S/Riva~~

2º passo

Rev.: Arnaud

Taq.: Riva

Hora: 11:32

Nº 0.77.1

Data: 23/06

Orador: Geraldo Magela

é ^{haver} preciso ~~com~~ concessão de parte a parte.. ^{Quando} ~~ora~~, retomar uma proposta que eles rejeitaram, no momento anterior, ^{que} ~~que~~ ainda não havia o acórdão, para o acórdão agora, não me parece negociar." parece-me querer que o PT capitule, mesmo com uma ação judicial que ^{me} ~~me~~ favorece, ^A ~~por~~ que a entrada do PT para a Comissão de Sistematização não é ^{um} ~~nenhum~~ favor, é um direito constitucional reconhecido pela justiça. Então, o apelo teria ^{do} ~~que~~ ser dirigido também, nobre Deputada, ao Deputado Peniel Pacheco e à Deputada Rose Mary Miranda, ^{já} ~~que~~ foram eles que impediram, no momento propício para que ^{isto} ~~isto~~ acordo fosse feito, que fosse selado. ^{ainda} [Concordo com V.Exa. quando diz que esta Casa não tomou ~~uma~~ consciência de sua importância e, às vezes, algumas questões têm ^{de} ~~que~~ ser levadas à justiça. Respondo, aí, ao Deputado Maurílio Silva, que perguntou se ~~a~~ questão da ~~mesa~~ a eleição da Mesa, no próximo ano, terá ^{de} ~~que~~ ir para a justiça. Diria que a resposta cabe a ele, como membro do PTR, a Liderança do Governo, a Liderança dos partidos que são majoritários nesta Casa, ~~responder~~, porque se a idéia for ~~excluir~~ a Minoria, infelizmente terá ^{de} ~~que~~ parar na justiça de novo, não tenham dúvidas. Se o PT for mais uma vez aliado, não tenham dúvida ^{de} ~~que~~ vamos recorrer as barras dos tribunais, ^{fy} [^] ^s inclusive, com mais substância, uma vez que estamos com uma jurisprudência criada. Cabe, então, a ~~Ma~~ Maioria ser benevolente com a ~~ma~~ minoria e reconhecer os seus direitos.

Rev.: ARNAUD

Taq.: MÁRCIA

Hora: 11h34

Ø/Nº 78/1

Data: 23/06/92

Orador: GERALDO MAGELA

capa, então, a maioria ser benevolente com a minoria e reconhecer os seus direitos.

Quero dizer ~~que, também,~~ discordo da primeira intervenção do Deputado Peniel Pacheco, quando fez duras críticas do Poder Judiciário.

O Poder Judiciário existe, exatamente, para dirimir dúvidas e estabelecer, soluções para como juiz, as disputas que existem.

Sabemos que a justiça é um caminho extremo, ^{mas} ele teve de ser trilhado nesse primeiro momento. Espero que seja a última vez, ^{mas}, se não for possível um acordo, se os Deputados que se sentem prejudicados entrarem com embargo declaratório, também entraremos com uma ação para suspender todos os trabalhos da Lei Orgânica, porque, a partir de agora, nos sentimos prejudicados.

Não há dúvida: se tiver de ir ao Supremo, o PT não vai abdicar de seus direitos de ^{recorrer} ao Supremo. ~~Não~~ Vai, mesmo. Se o caminho for este, ^{mas} não é o que queríamos, ^{mas} não ~~abandonaremos~~ ^o ~~este caminho~~.

Por fim, quero responder ao Deputado Peniel Pacheco. ~~Este~~ ^{S. Exa.} Diz que ~~a decisão do PT,~~ a decisão de não estar na Comissão de Sistematização, foi uma decisão do PT, e que o PT se alijou, e foi convidado para participar das reuniões.

A Deputada Lúcia Carvalho, ^{que} infelizmente teve de se retirar, ~~mas~~ como ^A líder, e pelo que nos consta, não foi convidada, em nenhum momento, para aquelas reuniões que decidiram aquele tipo de composição, e conversamos com vários Deputados, e ~~eu mesmo conversei com vários Deputados. Só que aquela decisão~~

Rev.: ARNAUD

Taq.: N E Y

Hora: 11h38m

Nº - 80.1

Data: 23.6.92

Orador: GERALDO MAGELA = PT

~~sobre a questão da~~ revogação da resolução dos 30% adicionais da Lei Orgânica,

O PT veio propor acordos para que se ^arevogasse, para que não ensejasse uma nova ação judicial. Foi uma solução melhor.

Quando esta Casa decidiu as contratações de livre provimento, ~~onde~~ havia um impasse, ^e foi o PT à mesa de negociação ajudar, ~~na negociação~~, sendo um dos propositores do acordo final. Em vários momentos, inclusive chamo os tesmemunhos dos Deputados Gilson Araújo, Carlos Alberto, Tadeu Roriz, ^{que} infelizmente não está em plenário, ^{mas} que todos os projetos que têm passado pelas minhas mãos, ^{sohe os} ~~aos~~ quais tenho dificuldade de dar parecer, eu o faço a partir de acordos e da busca de entendimentos. ^{! Esta!} ~~isso~~ tem sido uma marca adotada por mim. Agora, para se negociar tem ^{de} ~~que~~ haver respeito mútuo, tem ^{de} ~~que~~ haver o reconhecimento da nossa força.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Deputados, encerro dizendo o seguinte: o PT não está agora, não esteve antes, e não estará em momento algum fechado ao acordo. ^{mas;} ~~mas~~ o acordo tem ^{de} ~~que~~ ser em bases reais, não pode desrespeitar a força que o PT tem, ^{nenhuma} ~~uma~~ posição de beco sem saída, ^o acordo tem ^{de} ~~que~~ demonstrar disposição de concessão de todas as partes.

S/SARÁ

Rev.: EDSÔN

Taq.: SABÁ

Hora: 11:40

Nº 81-1

Data: 23/06

Orador:

~~o acordo que demonstrar disposição de concessão de todas as partes e PT~~ Se
 houver ~~uma~~ proposta de qualquer Deputado ^{no sentido de} para um acordo para a saída do im-
 passe, ^{o PT se} sentará à mesa para discutir, ~~nos~~ temos esta disposição. Cabe agora ao
 Deputado Peniel Pacheco, a Deputada Rose Mary Miranda, ao PTR, a Deputada
 Maria de Lourdes Abadia, elaborar uma proposta. E o PT estará disposto a se
 sentar ^{para} à mesa, discutir, negociar, conceder e sair ^{do} do impasse, ^{a fim de que} para que a solu-
 ção possa se dar ^{de} no âmbito desta Casa, e ~~que~~ não precisemos recorrer a outros
 poderes para resolver ~~as~~ nossas disputas. (Espero ^{devolvendo} o apelo feito
 por vários Deputados ^{para} que V. Exas. se esforcem na busca deste acordo,
 apresentando propostas concretas e realistas, para atender à demanda que o
 PT apresenta agora.

~~Muito Obrigado.~~

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Com a palavra o Deputa-
 do Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (~~sem~~ Sem revisão do orador.) - Sr.
 Presidente, não irei delongar-me ^{porque} porque o plenário já está quase vazio a
 esta altura. ^{Isso entanto, farei} ~~Gostaria de trazer~~ apenas algumas considerações finais a res-
 peito deste tema, colocando, ~~de maneira~~ bem claro, que o ~~que~~ importante na
 nossa maneira de ver não é aquilo que os outros dizem que ~~nos~~ pensamos,
 mas ~~a~~ aquilo que de fato pensamos. ~~Infelizmente, nesta Casa...~~

S/Clarice

Rev.: Edson

Taq.: Clarice

Hora: 11h42

Nº SO 82.1

Data: 23.06

Orador: Peniel Pacheco

Infelizmente nesta Casa tem havido muitas ações no sentido de se tentar colocar na mente de alguns ou mesmo na boca de alguns palavras que não foram ditas e pensamentos que não foram expressados.

Em nenhum momento - ~~isso eu digo aqui~~ em sã consciência - eu pretendi criar qualquer tipo de retaliação ou de excluir o PT de participar de qualquer ~~das~~ composições nesta Casa. Confesso, ~~que~~ talvez pela minha formação, sou mais ou menos inflexível em alguns aspectos, especialmente quando percebo ~~uma~~ certa imposição quando grupos pequenos querem atropelar uma maioria. Quer dizer, acho que a negociação pressupõe um respeito também às minorias e às maiorias. Não é só a minoria chegar e dizer que tem que ser assim ou assado e impor que tem que ser assim ou assado. Acho que temos que ter essa capacidade também, porque, às vezes, pelo poder da oratória, pela capacidade de articulação de palavras ou de sofismas, se consegue criar determinadas situações, aparentemente fundamentadas num princípio justo, mas que são motivadas por interesses outros que não aqueles ~~interesses~~ da sociedade! ou mesmo do Poder Legislativo.

~~Então, faço~~ essas considerações especialmente quando o Deputado cita ~~aquele~~ a questão de notícias de jornal, numa discussão que, parece-me, não tem nenhuma relação atualmente com a minha filiação partidária.

Rev.: Edson

Taq.: Clarice

Hora: 11h42

Nº 8.2 ^{es}

Data: 23.06

Orador: Peniel Pacheco

Quando S. Exa. diz, por exemplo: "Não sei se é o que está nos jornais ou o que não está nos jornais". O que não está no jornal é aquilo que está na minha cabeça, no meu coração, na minha consciência. ~~Agora~~ ^O que está nos jornais deve ser a mão de alguém que ~~ela~~ certamente, plantou essa notícia, não sei quem foi, ~~de repente~~ ~~te pode ter sido~~ o próprio Deputado...."



S / F R A N

Rev.: EDSON

Taq.: FRANCÊSKA

Data: 23/06

Hora: 11:44

Nº: 83/1

Orador: DEPUTADO PENIEL PACHECO

Secção. Mec.

de repente pode ter sido até mesmo o próprio Deputado que fez a insinuação.

~~mas~~ ^{Nesta} altura, ninguém sabe ^{o autor, a não ser} quem foi, ~~somente~~ a jornalista e o próprio

plantador da notícia. ^{Essas} ~~Essas~~ considerações que faço, apenas para resgatar ~~aqui~~

que, no momento em que fazia * meu pronunciamento, recebia ~~retaliações~~ ^{retaliações} para-

leias do próprio Deputado, ^{que} me levou, talvez até pelo momento, a tomar

determinadas posições em meu próprio pronunciamento, ~~mas se preciso for,~~

^{Como} já disse ~~agora~~ ^{há} pouco, não quero ser ~~empecilho~~ ^{para} solução de ~~nenhum~~

problema ~~nesta~~ Casa, e se for necessário me abstenho de participar ~~de~~ ^{das} reu-

niões ^{em} ~~que~~ ^{vão} tomar decisões, ^{mas} ~~uma~~ ^{coisa} ~~certa~~; não aceitarei e posso

até ser derrotado, como disse anteriormente, ~~que~~ sejam excluídos companhei-

ros que foram votados, eleitos pelo Plenário. ~~Se~~ ^{Se} o PT tem direito, esses

~~companheiros~~ tem muito mais direito, pois, além de terem sido indicados, ^{de} ~~participado,~~

foram eleitos. ^{Dessa} ~~Dessa~~ maneira, ~~se~~ ^{meus} esclarecimentos e ^a ~~gradeço~~ ^{agradeço} ao

Sr. Sr. Presidente a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Ficam os Srs. Deputados

convocados para ^a ~~sessão~~ ^{que será realizada} extraordinária ~~em~~ ^{em} seguida, ~~a esta~~ ^{para} discussão,

~~sobre~~ ^{em 1º turno, 2º dia, ao} ~~a~~ ^{respeito de} Lei Orgânica do Distrito Federal. Também ^{ficam} ~~convocados~~ ^a para ~~sessão~~

extraordinária a ^{hoje, às} ~~realizar-se~~ ^{às} 17 horas, com a seguinte:



6

(O SR. PRESIDENTE PEDRO CELSO - Procede a leitura do seguinte:)

ORDEM DO DIA PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DE 23/06/92 ÀS 17:00 HORAS

01)- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 412, de 1992, que **"dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993 e dá outras providências"**.

Autor: Executivo Local.

Relatores: Deputado Manoel de Andrade - CCJ ;
Deputado José Edmar - CEOF ;
Deputado Edimar Pireneus - CAS ,

02)- Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 108, de 1992, que **"dispõe sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 362/92."**

Autor: Deputado Geraldo Magela .

Relatores:

03)- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 107, de 1992, que **"altera dispositivos das Resoluções na 34, 35 e 37, e dá outras providências"**.

Autor: Mesa Diretora,

Não havendo

S/Ivi



Rev.: Edson

Taq.: Ivi

Hora: 11h46min

Nº 0/84.1

Data: 23.06

Orador: Pedro Celso

Não havendo mais ^{a tratar,} oradores inscritos, declaro encerrada a ~~pre-~~

~~ente~~ sessão.

(Levanta-se a sessão.)

MESA

Presidente

Salviano **Guimarães** (PDT)

Vice-Presidente

Tadeu **Roriz** (PTR)

1º **Secretário**

Pedro Celso (PT)

2º Secretário

José **Ornellas** (PL)

3º Secretário

Benício Tavares (**PTR**)

Suplentes

José **Edmar** (PTR)

Fernando Naves (PTR)

Ata aa 45ª Sessão Ordinária, em 23 de junho de 1992.
1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) *Salviano Guimarães e Pedro Celso.*

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) *Pedro Celso e Padre Jonas.*

Às 09 horas e 55 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputado

- Deputado Agneio Queiroz (PC ao 5) *pres.*
- Deputado Aroldo Satake (PTR) *pres.*
- Deputado Benício Tavares (PTR) *pres.*
- Deputado Carlos Alberto (PCB) *pres.*
- Deputado Cláudio Monteiro (PDT) *pres.*
- Deputado Edimar Pireneus (PTR) *pres.*
- Deputado Eurípedes Camargo (PT) *pres.*
- Deputado Fernando Naves (PTR)
- Deputado Geraldo Magela (PT) *pres.*
- Deputado Gilson Araujo (PTR) *pres.*
- Deputado Padre Jonas (PDT) *pres.*
- Deputado Jorge Cauny (PL) *pres.*
- Deputado José Edmar (PTR)
- Deputado José Ornellas (PL) *pres.*
- Deputada Lúcia Carvalho (PT) *pres.*
- Deputado Manoel Andrade (PTR) *pres.*
- Deputada M^ã de Lourdes (PSDB) *pres.*
- Deputado Maurílio Silva (PTR) *pres.*
- Deputado Pedro Celso (PT) *pres.*
- Deputado Peniel Pacheco (PST) *pres.*
- Deputada Rose Mary Miranda (PTF)
- Deputado Salviano Guimarães *pres.*
- Deputado Taaeu Roriz (PTR) *pres.*
- Deputado Wasny de Roure (PT) *pres.*